



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
AGRONOMIA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi criada por meio da Lei nº 3.191 no dia 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com características multicampi, um (1) Campus na capital e 11 Campi no interior do Estado, a UFPA continua em seu processo de expansão, sempre buscando alternativas de impacto positivo na melhoria da qualidade do ensino na região. A Administração Superior tem sua sede na Cidade Universitária "Prof. José da Silveira Neto", em Belém, capital do Estado do Pará. A população da UFPA já ultrapassa 55 mil pessoas, distribuídas em cursos de graduação, pós-graduação (Mestrado e Doutorado), ensino fundamental e médio oferecido pela escola de aplicação, docentes e técnicos administrativos, além de convênios mantidos pela UFPA e parceiros (UFPA - Relatório de gestão 2021, 2022). Os cursos de graduação são ministrados em Belém e nos Campi do interior do Estado, cujas sedes se localizam nos municípios de Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, como também em núcleos vinculados aos Campi.

A UFPA tem por missão gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, em particular dos amazônicos, aproveitando as potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com responsabilidade ética, respeito à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a democratização do acesso ao saber produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica, reflexiva, plural e investigativa, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UFPA tem como objetivo: estimular o desenvolvimento e a incorporação de novos

conhecimentos, tecnologias e inovações, a fim de que sejam criadas as condições objetivas necessárias ao atendimento crescente das demandas sociais, e contribuir de modo mais acentuado para o desenvolvimento e a inserção da Amazônia no cenário nacional e internacional (UFPA, PDI, 2016-2025).

A UFPA tem como visão ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Como princípios norteadores suas ações são pautadas na universalização do conhecimento, no pluralismo de ideias e de pensamento, no ensino público e gratuito, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos e na defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. O Art. 2º do Estatuto da Universidade Federal do Pará destaca os seguintes princípios norteadores: I. A universalização do conhecimento; II. O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; III. O pluralismo de ideias e de pensamento; IV. O ensino público e gratuito; V. a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VI. A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; VII. A excelência acadêmica; VIII. a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

No final da década de 1970, a universidade elegeu uma política inovadora para a expansão da oferta da Educação Superior no interior do Estado. Tratava-se do Projeto de Interiorização. O projeto se propunha a democratizar o acesso à formação superior a uma população excluída do ambiente acadêmico. A negligência e inoperância do Poder Público, a localização geográfica dos municípios distantes dos centros urbanos eram apenas alguns dos entraves para ampliação dessa demanda.

A implantação da Universidade no interior do Estado representou um importante marco na dinâmica das sociedades locais, considerando suas ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. A oferta dos cursos de Licenciatura, em particular, possibilitou a formação/qualificação de profissionais da educação até então não contemplados com a titulação acadêmica. É evidente a repercussão da qualificação de profissionais na mesorregião do Sudoeste paraense, no sentido de colaborar para que os sujeitos se mostrem mais conscientes do seu papel enquanto agentes de transformação social.

A primeira fase do processo de interiorização aconteceu sob o modelo das atividades extensionistas dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTACs). Inicialmente foram oferecidos Cursos de Licenciatura Curta nas áreas de Letras, Estudos Sociais e Ciências Naturais. O público desses cursos eram professores de nível fundamental e médio dos municípios de Marabá, Soure, Castanhal, Santarém e

Abaetetuba, locais escolhidos para implantação da primeira fase do programa de interiorização (UFPA/Universidade Multicampi, 2005).

Altamira, enquanto cidade-pólo no Território da Transamazônica foi contemplada na segunda fase do Programa, no período compreendido entre 1986 a 1989, possibilitando o acesso À Educação Superior a uma população abrangida por aproximadamente 11 municípios situados ao longo da Rodovia Transamazônica e do Baixo Xingu (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu). A oferta de cursos ocorreu prioritariamente por meio de licenciaturas para atuação na Educação Básica, visando atender uma demanda latente nesta região.

Na última década, o Campus de Altamira foi um dos beneficiados do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que o Governo Federal iniciou com o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, com o propósito de expandir o acesso ao ensino de graduação e aperfeiçoar as taxas de conclusão de graduação. Como estratégias para o alcance das metas pactuadas no programa foram criados novos cursos, no ano de 2008, como Engenharia Florestal, e no ano seguinte foram instalados os cursos de Geografia, Letras Língua Inglesa, Etnodesenvolvimento, Educação do Campo e mais recentemente Medicina.

O Campus desenvolve suas ações pautadas nas demandas sociais locais, assim centrados na melhoria do sistema educacional com a formação de professores para atuar na educação básica e de agentes de desenvolvimento com o propósito de transformação social e econômica, apoiando o setor produtivo agropecuário e florestal e as populações tradicionais como um todo.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

2.1 Identificação do Curso

2.1.1 Histórico do Curso no Campus

O curso de Engenharia Agrônoma teve sua origem diretamente relacionada às demandas da sociedade local, essencialmente aquelas discutidas nos movimentos sociais e instituições públicas da região voltadas para o setor agropecuário, em especial a agricultura familiar. Inicialmente o curso foi organizado a partir da formalização de diversas parcerias com

instituições e organizações de agricultores como: EMBRAPA (Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), MDTX (Movimento de Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu) e STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Essas parcerias em cooperação com o Centro Agropecuário/Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar (NEAF), hoje Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), foram fundamentais para o curso tanto na sua estruturação, como na organização do cotidiano. Conforme a legislação, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

A discussão central estava balizada na formação de quadros de profissionais com habilidade para compreender a realidade onde atuam e apoiar os processos locais de desenvolvimento através de métodos participativos e com enfoque na agricultura familiar. A ênfase do curso estava centralizada na agricultura familiar, e justificou-se pela relevância que essa categoria representa para a sociedade em geral. Apesar de não serem, durante muito tempo, considerados como fator importante para o desenvolvimento rural, estudos realizados sobre o desenvolvimento de países europeus, asiáticos e norte-americanos, demonstraram a importância da agricultura familiar nesse processo de desenvolvimento rural sustentável, ecológica e economicamente (HAYAMI e RUTTAN, 1985; LAMARCHE, 1993).

A experiência do curso de Licenciatura Plena em Ciências Agrárias em Altamira e Marabá, que ofertou vagas de 1997 a 2000, fortaleceu entre os parceiros a compreensão de que a UFPA precisava avançar mais na formação de profissionais das Ciências Agrárias. Baseado nas diretrizes do III Projeto Norte de Interiorização (1999), que colocava a necessidade de criação de outros cursos da área de Ciências Agrárias, é que se originou o curso de Agronomia nos municípios de Altamira e Marabá. As parcerias inicialmente formadas continuam para o curso de Agronomia em Altamira, ampliando-se para outras organizações de agricultores: a Federação dos Agricultores do Estado do Pará (FETAGRI), Associação das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste (ARCAFAR).

A partir destas conquistas o curso de Agronomia iniciou em 2001, atendendo a demanda de formação dos municípios do Território da Transamazônica e também de outras regiões do Estado. O curso foi implantado com objetivo de fortalecer a agricultura familiar e outros setores produtivos, suprir ausência de cursos em Ciências Agrárias e atender a demanda por

profissionais que atuassem no setor produtivo agrícola da região. Atualmente, 22 turmas já concluíram o curso de Agronomia, com egressos atuando como agentes de desenvolvimento em instituições de pesquisa, ensino, extensão e organizações não governamentais em diferentes regiões do Brasil. O curso oferece 40 vagas anuais pelo processo seletivo e 4 vagas pelo processo seletivo especial, em período integral, com ingresso no primeiro semestre. As turmas são alocadas de forma alternada, visando uma melhor gestão e o pleno funcionamento do curso. A oferta em tempo integral se justifica pelas particularidades do curso, da região e pelas atividades específicas da formação, como aulas práticas realizadas nos laboratórios, em propriedades rurais, em indústrias e empresas localizadas em áreas de difícil acesso e afastadas da sede.

2.1.2 O Enfoque do Curso

O enfoque do curso é a agricultura familiar dada a sua relevância e grande participação no desenvolvimento econômico do país e em especial na região de abrangência da UFPA, Campus de Altamira. "Um terço da população mundial é formado por pequenos agricultores que cultivam menos de 10 hectares: apenas 2% são tecnificados, mais de 70% têm apenas a força de seus músculos como ferramenta. No século XXI, a agricultura ainda é o maior empregador do mundo, 40% da humanidade gravitam em torno dela" (GRAZIANO, 2011). Além disso, nos últimos anos vem ganhando força a discussão sobre o papel desse setor na agricultura, impulsionados pelo debate sobre desenvolvimento local sustentável, populações tradicionais, geração de emprego e renda e segurança alimentar.

No Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2017, revelou-se que em um levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo território brasileiro, 77% dos estabelecimentos agrícolas foram classificados como de agricultura familiar. Além disso, o censo mostrou que a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

O setor agropecuário familiar apresenta importância também na absorção de emprego e na produção de alimentos, e de acordo com Guilhoto et al. (2007), esse segmento da agricultura brasileira responde por uma importante parcela da produção agropecuária, tendo relevante participação no produto gerado pelo agronegócio". Segundo o censo, os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros (representa 48% do valor da produção de café e banana; 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão). Assim como, o

segmento da agricultura familiar cada vez mais vem aumentando sua participação no PIB, que se refere a soma de todas as riquezas geradas no País. Nestes termos, o profissional que atenda esta demanda será imprescindível para o crescimento do País e da região.

De acordo com o IBGE (2017), no Estado do Pará existem 281.704 estabelecimentos agropecuários, ocupando 28, 4 milhões de hectares. Sendo estas áreas ocupadas, com 2,7% de lavouras permanentes, 3,2 % com lavouras temporárias, 6,8 com pastagens naturais, 44,3% com pastagens plantadas, 38,3 % com matas naturais e 0,7% com matas plantadas. Destacando-se que 38,65 % destas áreas são ocupadas por agricultores.

A realidade rural do Território da Transamazônica, Estado do Pará, apresenta uma alta heterogeneidade no que se refere aos recursos naturais, à conformação das estruturas produtivas, a estruturação dos sujeitos sociais, a configuração e atuação das formas organizativas, as dinâmicas culturais e das desigualdades socioeconômicas (FVPP, 2010). Com destaque para agricultura familiar, que desenvolve atividades agrícolas diversificadas: cultivos anuais, perenes e criação de bovinos, aves, suínos e atividades extrativistas.

A agricultura familiar representa para a região o setor da agricultura capaz de fortalecer a discussão sobre o desenvolvimento local sustentável respeitando as dinâmicas dos ecossistemas naturais existentes na Amazônia. É a principal geradora de postos de trabalho no meio rural. De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2017, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Além disso, a agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. Baseado nestes indicadores socioeconômicos, este novo PPC de Engenharia Agrônoma permanecerá tendo ênfase principal a agricultura familiar em suas diversas manifestações do mundo rural.

De acordo com Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), divulgados pelo IBGE, a produção estimada do Estado do Pará em 2020 foi de cerca de 142 mil toneladas de cacau, em 147.459 hectares de área plantada no estado. A produção de mandioca foi estimada em 3,8 milhões de toneladas e os ?cereais, leguminosa e oleaginosa? foi estimado em 1,8 toneladas de soja; 835 mil toneladas de milho; 20 mil toneladas de feijão. Esses dados reforçam a importância de fortalecimento do curso de Engenharia Agrônoma local, visando à formação de profissionais que estejam capacitados para atuar no setor produtivo em nosso estado.

2.1.3 A Importância da Construção do PPC como Mecanismo de Organização e Planejamento do Processo Educativo

É importante salientar o processo de construção do PPC como mecanismo de organização e planejamento do processo educativo. Seguindo este preceito e tendo em vista que as normativas e resoluções que estabelecem e regulamentam o curso de Engenharia Agrônômica no país vem mudando nos últimos anos, é conveniente a atual reformulação do PPC para se adequar às novas normas e corrigir alguns pontos observados na avaliação diagnóstica para subsidiar a (re)construção do PPC de Engenharia Agrônômica.

No segundo semestre de 2019, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), realizou atividades avaliativas com os discentes e docentes do curso de Engenharia Agrônômica através de reuniões participativas, como objetivo de avaliar os avanços e dificuldades identificadas na efetivação do PPC, e ouvir as propostas para o aperfeiçoamento do referido PPC.

Nas discussões os discentes destacaram a necessidade da ampliação da carga horária de algumas disciplinas que abordam assuntos importantes, mas, possuem carga horária insuficiente de 45 horas. Foi sugerida a inserção de novas disciplinas, que atendam as mudanças na conjuntura da agricultura regional, com destaque para a expansão da lavoura cacaueira.

Os discentes destacaram a importância das atividades de pesquisa realizadas pelos docentes em diferentes linhas de atuação, que possibilitaram a participação em diferentes atividades, que foram fundamentais no processo de construção do conhecimento durante o curso. Entretanto, destacam a importância destas atividades serem ampliadas, através de projetos de pesquisa envolvendo aspectos experimentais tanto no campo, quanto nos laboratórios de pesquisa, possibilitando aos discentes a participação em Programas de Iniciação Científica e de Extensão Universitária.

Outro ponto importante é a realização da Semana de Integração das Ciências Agrárias (SICA), evento organizado e conduzido por discentes do curso de Engenharia Agrônômica em conjunto com discentes do curso de Engenharia Florestal, bem como a publicação dos Anais da SICA, que permitem que os discentes possam publicar os seus trabalhos em um livro indexado, é também uma grande conquista do curso. A SICA foi criada em 2000 pelos alunos do curso de Ciências Agrárias, no intuito de integrar a Universidade, os discentes, os docentes e a comunidade em geral, a cerca da dinâmica de desenvolvimento regional na região amazônica (www.sicaufpa.com). Os resultados positivos resultaram na organização do I Simpósio de Integração das Ciências Agrárias em 2019, e que está programado para ser realizado todos os anos envolvendo a comunidade acadêmica do Campus de Altamira, instituições parceiras, agricultores familiares e outros setores produtivos da região. A realização da Feira do Produtor Rural é outro destaque que cresce a cada realização. Tendo

sua primeira edição realizada em 2019, a Feira do Produtor Rural ocorre mensalmente e tem como objetivo trazer os produtos cultivados nas propriedades pelos produtores / agricultores para serem comercializados diretamente nas dependências da FEA. A Feira do Produtor Rural tem possibilitado um aumento na renda dos produtores. Além disso, permite uma aproximação entre produtos, produtores e a sociedade. Na Feira do Produtor Rural são comercializados legumes, verduras, farinhas, queijos, doces, chocolates, mel, polpas diversas, óleos, plantas medicinais, plantas ornamentais, culinárias regionais, frangos, peixes, artesanatos e etc.

Com base nestas discussões o PPC atende as propostas levantadas pelos discentes e as demandas trazidas pela sociedade local, tanto nos aspectos produtivos quanto ambientais, diante dos grandes desafios enfrentados pela agricultura na região Amazônica. O NDE tem preocupação constante em manter um PPC atualizado e um curso de qualidade, que atenda as demandas das comunidades tradicionais e sociedade contemporânea, realizando as mudanças necessárias para adequar o PPC o mais próximo possível das Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação. No sentido de promover os necessários avanços no curso como orientar os professores e melhorar o vínculo das atividades de ensino, pesquisa e extensão aos métodos didático-pedagógicos, infraestrutura, corpo docente e discente. Além disso, ao propor a reformulação do PPC, o NDE busca desenvolver novas estratégias ao curso de Engenharia Agrônoma com disciplinas voltadas a temas inovadores, carga horária destinada à atividade de extensão e carga horária do curso flexibilizada, garantindo ao aluno autonomia para incrementar sua trajetória curricular acadêmica em outros cursos da UFPA. A partir dessa nova reformulação do PPC o nome do curso passará de Agronomia para Engenharia Agrônoma. O NDE do curso é o articulador desse processo de reformulação do PPC, com contribuição do Colegiado do Curso, considerando a legislação vigente, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Legislação do Curso. O NDE do curso é o responsável pelo acompanhamento e avaliação permanente do PPC.

GESTÃO DO CURSO

A. DIREÇÃO DA FACULDADE

A direção da Faculdade de Engenharia Agrônoma (FEA) será constituída por um(a) Diretor(a) para a gestão da Subunidade, as atividades acadêmicas, serviços administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos pertinentes, além de outras funções

inerentes a sua condição.

Para exercer a função de Diretor(a) é necessário:

- I. Pertencer ao quadro efetivo dos(as) professores(as) lotados(as) na Subunidade Acadêmica, no pleno exercício da função, preferencialmente os portadores de título de Doutor;
- II. Ser eleito pela Comunidade Acadêmica para a gestão de dois (2) anos, podendo ser reeleito uma (1) vez.

Compõem as atribuições do(a) Diretor(a):

- I. Dirigir e representar a FEA;
- II. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado da FEA;
- III. Estabelecer as diretrizes acadêmicas e administrativas e supervisionar sua execução em consonância com o disposto no Estatuto e no Regimento Geral da UFPA e Regimento Interno do Campus de Altamira;
- IV. Emitir Resoluções e Portarias decorrentes de deliberações do Conselho da FEA;
- V. Representar a FEA em quaisquer atos públicos ou nas suas relações com outros órgãos da administração pública, instituições acadêmicas, profissionais e científicas;
- VI. Apresentar o Plano de Ação da direção, no prazo de até 30 (trinta) dias após a posse, ao Conselho da FEA;
- VII. Promover, permanentemente com o NDE da FEA, a atualização do PPC e o desenho curricular do Curso;
- VIII. Acompanhar as atividades dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da FEA;
- IX. Elaboradas as listas de oferta de componentes curriculares de acordo com as demandas identificadas e em consonância com o fluxograma contido no PPC;
- X. Inscrever os alunos em data estabelecida pelo INEP/MEC no Exame Nacional de Desempenho (ENADE);
- XI. Receber e acompanhar as Comissões de Avaliação do INEP no processo de reconhecimento/recredenciamento do Curso;
- XII. Desempenhar as demais atribuições inerentes à função e aquelas que lhe conferem a lei, aprovadas pelo Conselho da FEA, o Estatuto e o Regimento da UFPA.

B. VICE DIREÇÃO DA FACULDADE

A direção da Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA) será constituída por um(a) Vice-diretor(a) para a gestão da Subunidade, as atividades acadêmicas, serviços

administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos pertinentes, além de outras funções inerentes a sua condição.

Para exercer a função de Vice-diretor(a) é necessário:

- I. Pertencer ao quadro efetivo dos(as) professores(as) lotados(as) na Subunidade Acadêmica, no pleno exercício da função, preferencialmente os portadores de título de Doutor;
- II. Ser eleito pela Comunidade Acadêmica para a gestão de dois (2) anos, podendo ser reeleito uma (1) vez.

Compõem as atribuições do(a) Vice-diretor(a):

- I. Substituir o(a) Diretor(a) em caso de faltas ou impedimentos;
- II. Colaborar com este na coordenação das atividades acadêmicas, administrativas e desempenhar as funções que lhes forem delegadas pelo titular ou determinadas pelo colegiado da FEA;
- III. Representar o(a) Diretor(a) quando designado(as);
- IV. Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

C. COORDENAÇÃO DO CURSO

Compete ao diretor(a) e vice-diretor(a) a função de coordenar o curso de Engenharia Agrônômica. O capítulo III, artigos de 104 à 107, do regimento geral da Universidade Federal do Pará-UFPA, dispõe sobre as diretorias das faculdades e escolas e das coordenadorias de programas de pós-graduação. No Art. 106. Compete ao Diretor ou Coordenador de cada Subunidade, além de outras funções inerentes à sua condição, coordenar as atividades acadêmicas e dirigir os serviços administrativos, financeiros, patrimoniais e de recursos humanos pertinentes. Assim como, planejamento acadêmico, gestão do corpo docente, acompanhamento e avaliação, representação institucional. O mandato para o cargo de coordenador de curso é de 2 anos, com possibilidade de uma recondução, totalizando até 4 anos consecutivos no cargo, desde que o seja aprovado em eleições.

D. COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado do Curso de Engenharia Agrônômica institucionalizado pela Resolução N°. 642, de 07 de fevereiro de 2008, que aprova o Regimento do Campus Universitário de Altamira. O colegiado é constituído pelo(a) diretor(a), pelo corpo docente, pelos

técnico-administrativos e representantes discentes que atuam na FEA. O colegiado do Curso de Engenharia Agrônômica é composto pelo diretor (presidente do colegiado), 14 (quatorze) representantes docentes, 3 (três) representantes técnicos-administrativos e 2 (dois) representantes discentes. O colegiado da FEA reúne-se ordinariamente todo mês e com registro das deliberações em atas. As reuniões são convocadas com antecedência mínima de três (3) dias úteis. Compete ao Colegiado do Curso de Engenharia Agrônômica:

I ? Elaborar, avaliar e atualizar PPC;

II ? Planejar, definir e supervisionar a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e avaliar os Planos Individuais de Trabalho dos docentes;

III ? Estabelecer os programas das atividades acadêmicas curriculares do curso;

IV ? Criar, agregar ou extinguir comissões permanentes ou especiais sob sua responsabilidade;

V ? Propor a admissão e a dispensa de servidores, bem como modificações do regime de trabalho, de acordo com a legislação vigente;

VI ? Deliberar e encaminhar às instâncias superiores pedidos de afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou cooperação técnica, estabelecendo o acompanhamento e a avaliação dessas atividades;

VII - Solicitar ao Conselho do Campus concurso público para provimento de vaga às carreiras docente e técnico-administrativa e abertura de processo seletivo para contratação de temporários, em consonância com as normas da UFPA e da legislação em vigor;

VIII ? manifestar-se sobre o desempenho de servidores, para fins de acompanhamento, aprovação de relatórios, estágio probatório e progressão na carreira;

IX ? Decidir questões referentes à matrícula, opção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, aproveitamento de estudos e obtenção de títulos, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecidas à legislação e normas vigentes;

XIII ? Coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso;

XIV ? Representar junto à Unidade, no caso de infração disciplinar;

XVII ? Cumprir outras conforme dispositivos gerais do Regimento Geral da UFPA e do Campus de Altamira, no que couber.

E. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O NDE da FEA, do Curso de Engenharia Agrônômica, foi implantado desde 2015. Atualmente o NDE é amparado pela Resolução N. 4.908, de 21 de março de 2017 ? UFPA,

que institui os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. O NDE da FEA É composto por sete (7) docentes e o Diretor(a) que é membro nato e presidente do núcleo. O NDE pode ser constituído por, no mínimo, 05 (cinco) membros, e 09 (nove), no máximo, todos pertencentes ao corpo docente do Curso de Engenharia Agrônômica. Os membros docentes são eleitos em reunião do Conselho da Faculdade do Curso, com portaria exarada pelo coordenador da Unidade. Para compor o NDE, os membros, obrigatoriamente, devem ter regime de Dedicação Exclusiva (DE) ou Tempo Integral (TI), ou, ainda, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho. Além disso, devem ter titulação acadêmica correspondente ao Doutorado. Exceto em casos de ausência dessa condição, poderá ser composto por docentes com título de Mestrado. O mandato dos membros do NDE tem duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução de seus membros. As reuniões ocorrem periodicamente, pelo menos duas vezes ao ano ? uma vez por semestre, a fim de sistematizar ações necessárias de acompanhamento, avaliação e proposição para o bom andamento do Curso de Engenharia Agrônômica. O NDE da FEA é um órgão consultivo responsável pela concepção, consolidação e contínua avaliação, acompanhamento e atualização do PPC. O NDE da FEA está sempre atento ao impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e ao perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Agronomia

Local de Oferta: Campus Universitário de Altamira (CALTA) / Faculdade de Engenharia Agrônômica (FEA)

Endereço de Oferta: Rua Coronel José Porfírio.

Bairro: São Sebastião,

CEP: 68372040

Número: 2515

Complemento: Anexo II.

Cidade: Altamira

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Integral

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: BACHAREL EM ENGENHARIA AGRONÔMICA

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.50 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 4095 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 4914 hora(s)

Período Letivo: Extensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Modular

Ato de Criação: Resolução CONSEPE nº 2.744 de 19/10/2001

Ato de Reconhecimento: Portaria MEC nº 4.357 de 13/10/2005

Ato de Renovação: Portaria Seres (MEC) nº190, de 14 de maio de 2024.

Avaliação Externa: MEC: 2019 (Conceito 4); ENADE: 2019 (Conceito 4).

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

O projeto pedagógico do curso de graduação em Engenharia Agrônoma da FEA ? UFPA, Campus de Altamira ? PA, foi elaborado de modo a fornecer aos seus formandos os conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática da Engenharia Agrônoma, capacitando o profissional a adaptar-se de modo flexível, crítico, criativo e inovador às novas situações e mudanças presentes na sociedade.

A Estrutura Curricular do Curso de Engenharia Agrônoma da FEA segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma, estabelecidas pela Resolução nº 01 do MEC, de 02 de fevereiro de 2006, publicada no DOU de 03 de fevereiro de 2006, seção I, pág. 31 ? 32, a qual indica seus componentes curriculares que são distribuídos em quatro núcleos de conteúdos, recomendando-se a Interpenetrabilidade entre eles:

I - Núcleo de conteúdos básicos: composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo é integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Informática e Expressão Gráfica.

II ? Núcleo de conteúdos profissionais essenciais: composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e o campo agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo é constituído por: Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia,

Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georeferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, Política e Desenvolvimento Rural; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento, Manejo e Produção Florestal; Zootecnia e Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários.

III ? Núcleo Integrador: composto por disciplinas que permitem melhor entendimento no contexto da Tecnologia aplicada à produção Agropecuária. Esse núcleo é constituído por: Agroecologia, Biotecnologia Agrícola, Fertilidade do Solo, Fisiologia e Tecnologia de Pós-Colheita, Fitotecnia I, Fitotecnia II, Forragicultura e Pastagens, Geoprocessamento e Cartografia na Agricultura, Mecanização Agrícola, Nutrição de Plantas, Olericultura, Secagem e Armazenamento de Grãos, Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal e Animal, Zootecnia I e Zootecnia II.

IV ? Núcleo de conteúdos profissionais específicos: é inserido no contexto do PPC, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permite atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria. Esse núcleo é integrado por: Estágio Supervisionado Obrigatório, Agricultura Familiar, Associativismo e Cooperativismo, Cacaucultura, Fruticultura Amazônica, Gestão Empresarial, Marketing e Logística, Laboratório de Pesquisa, Manejo de Doenças de Plantas, Manejo de Pragas Agrícolas, Manejo e Produção Florestal, Sistemas Agroindustriais e Trabalho de Curso.

5.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos

O Curso de Engenharia Agrônoma ? UFPA, Campus de Altamira ? PA, abrange um conjunto de disciplinas e atividades ordenadas por matrículas semestrais, lotadas na FEA com atribuições administrativas próprias.

A metodologia de ensino envolve recursos didáticos com aulas expositivas teóricas e dialogadas, aulas práticas de campo e de laboratório, estudos de casos, trabalhos em sala de aula e extraclasse. Será incluído no contexto de ensino-aprendizagem o uso de tecnologias de informação, espaços e linguagens (verbal, visual, sonora, matemática, corporal,

cartográfica, entre outras) que sejam motivadoras e estimulem a interação e o diálogo. Todas essas metodologias pautam a construção coletiva e participativa do processo de ensino-aprendizagem. Ainda, serão incluídos mecanismos que garantem a articulação da vida estudantil, com a realidade do mercado de trabalho e os avanços tecnológicos, tais como visitas técnicas, semana acadêmica, feiras, seminários e eventos científicos.

As atividades práticas e estágio do curso de Engenharia Agrônômica do campus de Altamira - UFPA estão definidas como: I ? Estágio Supervisionado Obrigatório; II ? Trabalho de Curso e III ? Atividades complementares. Todos os componentes curriculares dos cursos são passíveis de serem teóricos e práticos.

Durante o fluxo curricular, no oitavo período do curso será oferecida o componente curricular Laboratório de Pesquisa, em que o aluno poderá elaborar o projeto e desenvolver o Trabalho de Curso (TC), e no décimo semestre serão ofertados os componentes: Estágio Supervisionado Obrigatório e TC (Trabalho de Curso, finalizando com o trabalho escrito e a defesa do TC).

O TC é um componente curricular obrigatório, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade síntese de integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, levando em consideração as normativas estabelecidas (Instrução Normativa No 02/2011 ? TC, Resolução nº 02, de 27 de outubro de 2011 ? TC e Resolução Nº 03, de 04 de fevereiro de 2021).

O Estágio Supervisionado Obrigatório é um componente curricular obrigatório composto por um conjunto de atividades programadas e diretamente supervisionadas por um membro do corpo docente do curso, levando em consideração as normativas estabelecidas pela Resolução nº 04, de 07 de outubro de 2022.

Para complementar a formação do futuro profissional, o acadêmico durante a realização do curso deverá cumprir as Atividades Complementares, regulamentadas para o curso de Engenharia Agrônômica da FEA. As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do perfil do formando, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico (Resolução nº 05, de 07 de outubro de 2022.).

O Curso de Engenharia Agrônômica da FEA possui estrutura física própria de apoio às suas atividades didáticas e de pesquisa, por meio da FEA. A FEA dispõe de laboratórios de ensino, veículos, máquinas e implementos agrícolas, edificações e estruturas para a realização de aulas práticas, aulas teóricas e para o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisas de seu corpo docente e discente.

O Currículo Pleno do curso vigente contempla conteúdos que permitem ao acadêmico adquirir habilidades relativas às atribuições do Engenheiro Agrônomo, conferidas pela Lei

Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e deverá ser integralmente cumprido pelo acadêmico, a fim de que ele possa qualificar-se para a obtenção do diploma que lhe possibilita o registro profissional.

O curso de Engenharia Agrônômica realiza atividades práticas integradas com os discentes das diferentes disciplinas, tais como: viagens técnicas, aulas de campo, aulas laboratoriais, projetos multidisciplinares, trabalhos em equipe, iniciação científica, monitorias, participação em atividades de empreendedorismo, inovação e tecnologia (grupo ENACTUS), Simpósio de Ciências Agrárias (SICA), eventos (Feira Vocacional, Feira da Agricultura Familiar, Dias Alusivos, Feira Agropecuária) e em Empresa Junior (SOLUM). Os professores, por meio do NDE, auxiliam nos acompanhamentos das atividades integradoras através de planejamento, realização e socialização dos resultados no colegiado da faculdade.

As ações referentes ao acolhimento dos ingressantes são realizadas durante a semana de boas vindas, denominada de semana dos ingressantes, por meio de uma programação planejada pelo colegiado da faculdade. Neste momento, são realizadas atividades: orientações sobre o funcionamento do curso (regimentos e resoluções), apresentação do curso e seus servidores, palestras motivacionais, dinâmicas de grupos, visitação nas dependências da universidade / campus. Além disso, o desenho curricular do curso possui a disciplina de Introdução a Agronomia, que mostra o funcionamento do curso, perfil do profissional e suas áreas de atuação. O curso tem ações de nivelamento direcionado aos ingressantes, por meio de projetos de ensino, nas disciplinas básicas: Física, Matemática, Química e Biologia. O Campus Universitário de Altamira possui uma equipe multidisciplinar que desenvolve orientação e acompanhamento psicopedagógico do aluno.

O acompanhamento dos egressos do curso de Engenharia Agrônômica é feito por diversas ferramentas: Google formulário, redes sociais (Instagram, WhatsApp, Facebook, Telegram, LinkedIn) eventos locais, e-mails, contatos diretos das empresas com a universidade.

OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Engenharia Agrônômica tem como objetivo geral a formação de Engenheiros Agrônomos com capacidade técnico-científica e responsabilidade social, aptos a promover, orientar e administrar a utilização e otimização dos diversos fatores que compõem os sistemas de produção, transformação e comercialização, em consonância com os preceitos de proteção ambiental, além de planejar, pesquisar e aplicar técnicas, métodos e processos adequados à solução de problemas e comprometidos com a promoção do desenvolvimento

sustentável e o bem estar da sociedade.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Engenharia Agrônômica da FEA enseja como perfil do egresso o que diz o Art. 5º da Resolução Nº 1, de 2 de Fevereiro de 2006, do CNE - CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica, define que o perfil do egresso do curso de graduação em Engenharia Agrônômica, deve compreender, entre outras, as seguintes características:

I - Sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia, implantar e gerenciar produtos, projetos e empresas;

II - Capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;

III - Compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente;

IV - Capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.

V - Fornecer um embasamento sólido que permita ao aluno a continuação na pós-graduação.

O Engenheiro Agrônomo também estará habilitado para a elaboração e execução de estudos e projetos para diversos setores econômicos. Conforme texto dado pelo Art. 4º da resolução Nº 1048, de 14 de agosto de 2013, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, também são atribuições do Engenheiro Agrônomo: Ensino agrícola em seus diferentes graus; Experimentações racionais e científicas referentes à agricultura, e, em geral, quaisquer demonstrações práticas de agricultura em estabelecimentos federais, estaduais e municipais; Propagar a difusão de mecânica agrícola, de processos de adubação, de métodos aperfeiçoados de colheita e de beneficiamento dos produtos agrícolas, bem como de métodos de aproveitamento industrial da produção vegetal; Estudos econômicos relativos à agricultura e indústrias correlatas; Genética agrícola, produção de sementes, melhoramento das plantas cultivadas e fiscalização do comércio de sementes, plantas vivas e partes vivas de plantas; Fitopatologia, entomologia e microbiologia agrícolas; Aplicação de medidas de defesa e de vigilância sanitária vegetal; Ecologia e meteorologia agrícolas; Fiscalização de estabelecimentos de ensino agrônômico reconhecidos, equiparados ou em via de

equiparação; Fiscalização de empresas agrícolas ou de indústrias correlatas; Irrigação e drenagem para fins agrícolas; Avaliações e perícias; Agrologia; Peritagem e identificação, para desembaraço em repartições fiscais ou para fins judiciais, de instrumentos, utensílios e máquinas agrícolas, sementes, plantas ou partes vivas de plantas, adubos, inseticidas, fungicidas, maquinismos e acessórios e, bem assim, outros artigos utilizados na agricultura ou na instalação de indústrias rurais e derivados; Determinação do valor locativo e venal das propriedades rurais, para fins administrativos ou judiciais, na parte que se relacione com a sua profissão; Avaliação e peritagem das propriedades rurais, suas instalações, rebanhos e colheitas pendentes, para fins administrativos, judiciais ou de crédito; O estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação, entre outras. Incluem-se estudos de viabilidade técnico-econômica e socioambiental, atuando também de forma autônoma, na elaboração projetos e prestação de consultoria.

COMPETÊNCIAS

O Art. 6º da Resolução Nº 1, de 2 de Fevereiro de 2006, do CNE-CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia, define que os cursos de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia devem proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, pelo menos, as seguintes competências e habilidades gerais:

- a) Projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;
- b) Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
- c) Atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
- d) Produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
- e) Participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;
- f) Exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;

g) Enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

O Engenheiro Agrônomo ou Agrônomo também terá competências para: Conhecer a dinâmica da produção agropecuária, a partir do uso de ferramentas teóricas e metodológicas adequadas, que lhes permitam uma observação e intervenção concreta da realidade rural; Compreender o sistema de produção agropecuária de forma integrada, considerando as experiências e culturas das famílias rurais; Capacidade de diálogo, comunicação e gerenciamento participativo de grupos de trabalho; Elaborar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agropecuários, agroextrativistas, agroindustriais, do agronegócio e da agricultura familiar com enfoque no contexto local aplicando padrões, medidas e controle de qualidade; Realizar pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica, conforme legislação vigente.

ESTRUTURA CURRICULAR

Considerando aos preceitos legais, emanados do Conselho Nacional de Educação, através de sua Câmara de Ensino Superior, aprovou o Parecer nº 306/2004 que atualiza os pareceres nº 776/1997, 583/2001 e 67/2003 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Engenharia Agrônômica ou Agronomia, aprovado em 7 de outubro de 2004, que apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de ensino superior do País, em conformidade com a Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônômica ou Agronomia e dá outras providências. E, por fim, a Resolução nº 3.186/2004 que regulamenta os cursos de graduação da UFPA e a Resolução nº 4.399 de 14 de maio de 2013, que institui o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, que orienta a organização curricular deste Projeto Pedagógico referenciada nos dispositivos legais nacionais e institucionais citados, resguardada a autonomia didático-pedagógica, prerrogativa garantida constitucionalmente às Universidades.

A organização curricular do curso está orientada por núcleos que congregam um conjunto de atividades curriculares que evidenciam o perfil desejado de formação e as competências e habilidades requeridas. Ressaltando que o princípio interdisciplinar, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a inter-relação entre teoria e prática e adoção de

metodologias inovadoras, por meio de tecnologias, espaços e linguagens motivadores são dimensões que balizam o currículo deste curso, resguardado o princípio ético e humanístico, expresso no compromisso com as demandas da sociedade. Por seu turno, as especificidades regionais do curso serão promovidas por atividades no Núcleo Profissional Específico, resguardando a identidade do curso. O Núcleo Integrador corresponde às atividades curriculares com expressivo viés extensionista, atendendo assim uma das características centrais do curso de Engenharia Agrônômica que desenvolve importantes ações na comunidade.

A organização curricular deste curso está distribuída nos seguintes núcleos: O núcleo de formação básica apresenta carga horária total de 780 horas, distribuídas em 16 disciplinas. O núcleo de Formação Profissional Essencial é composto por 32 disciplinas, com carga horária total de 1635 horas, que visam dar a base profissionalizante de forma a preparar o aluno para cursar as disciplinas do núcleo Integrador e da formação específica. O núcleo de Formação Integrador é formado por 15 disciplinas obrigatórias, com carga horária total de 870 horas. O núcleo de Formação Profissional Específico é formado por 11 disciplinas, com carga horária total de 580 horas que potencializam as possíveis especificidades da formação do Engenheiro Agrônomo nos seus diferentes campos de atuação.

O Núcleo Básico compõe as atividades curriculares de diferentes áreas do conhecimento que promoverão o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento do processo educativo nos demais núcleos. Além de despertar nos acadêmicos habilidades e conhecimentos necessários para a formação profissional.

O Núcleo Profissional Essencial é composto de conhecimentos, práticas e habilidades que expressam a identidade profissional do Engenheiro Agrônomo, elementos indispensáveis para o exercício profissional, nos distintos campos de atuação, tanto no contexto nacional, quanto internacional. O agrupamento destes campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional, integrando as subáreas que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Espera-se que o profissional utilize tais instrumentos para compreender os empreendimentos rurais de maneira a torná-los mais eficientes e eficazes. Além de exercer uma competência técnica que vise à construção de questões e orientações de soluções suficientemente audazes, viáveis, socialmente justas e ecologicamente corretas.

O Núcleo Integrador compõe as atividades curriculares de diferentes áreas do curso com elementos indispensáveis para o exercício profissional, qualificando-o no que se refere às atribuições e habilidades. As atividades complementares correspondem às atividades acadêmico-científicas de formação complementar, que objetivam oferecer ao discente a oportunidade de contabilizar academicamente atividades que venham contribuir para o seu

aprimoramento profissional, compostas por atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, de várias modalidades, sendo reconhecidas, supervisionadas e homologadas pela FEA. Propõem-se uma crescente interação entre universidade e o espaço produtivo (campo, empresa, escolas, associações, organizações, centros de pesquisas integradas e casas agropecuárias). As atividades que compõem esse núcleo apresentam como característica ações extensionistas na comunidade e serão desenvolvidas ao longo do curso simultaneamente aos demais componentes curriculares.

Por seu turno, o Núcleo Profissional Específico tem como finalidade garantir a especificidade do curso, preservando sua regionalidade e instrumentalizando o futuro profissional de competências e habilidades que atendam as demandas regionais e locais. Este núcleo visa o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender peculiaridades locais e regionais, caracterizando o projeto institucional com identidade própria. Neste sentido, será disponibilizado ao acadêmico a compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além de conservação e o equilíbrio do ambiente. Inclui também os estágios supervisionados que visam o aprendizado de competências específicas da profissão, permitindo a contextualização curricular por meio de vivências pré-profissionais, subsidiadas pelo arcabouço teórico-prático desenvolvido nos demais núcleos.

Em suma, este componente curricular se propõe a preparação para a realidade profissional, desafios e complexidades a ele inerentes. A elaboração desta reformulação do PPC e sua composição em núcleos considerou os desafios emergentes que permeiam a realidade agrária brasileira no nível regional e local e as contribuições do Engenheiro Agrônomo frente a esta realidade. Considera-se igualmente importante a capacitação contínua dos docentes, não para ensiná-los, na forma tradicional, uma nova didática, mas para ajudá-los a construir novas alternativas.

De modo transversal, contínuo e permanente, o curso de Engenharia Agrônoma possui várias disciplinas no desenho curricular (Ecologia, Agrometeorologia e climatologia, Gestão de Recursos Naturais, Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas, Ética Profissional e Legislação Agrária - Ambiental, Manejo e Conservação do Solo e Água, Paisagismo e Floricultura, Agroecologia) que integram a educação, gestão ambiental e sustentabilidade nas atividades do curso, conforme disposto na Lei nº 9.795/1999 e na Res. CNE/CP nº 02/2012.

A temática relativa a Educação das Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, conforme

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, serão tratados de modo transversal no curso de Engenharia Agrônômica por meio de conteúdos específicos em diversas componentes / atividades curriculares do curso: Agricultura Familiar, Associativismo e Cooperativismo, Comunicação e Extensão Rural, Desenvolvimento Rural, Ética Profissional e Legislação Agrária - Ambiental, Introdução à Agronomia e Sociologia Rural.

As atividades de extensão do curso de Engenharia Agrônômica fazem parte do Núcleo Profissional Específico e terão as atividades distribuídas em disciplinas com carga horária exclusivamente com esse objetivo. As atividades de extensão terão carga horária total de 415 horas, e permitirá a interação com a sociedade através de atividades de extensão ao longo do período de duração do curso. Além disso, os discentes do Curso de Engenharia Agrônômica deverão também realizar / cumprir as seguintes atividades curriculares obrigatórios: Trabalho de Curso (TC), Estágio Supervisionado Obrigatório e Atividades Complementares (AC).

METODOLOGIA

As diretrizes metodológicas adotadas pelo curso de Engenharia Agrônômica serão orientadas para o desenvolvimento das competências científicas, humanísticas e profissionais. As diretrizes metodológicas adotadas atenderam as necessidade de adaptações razoáveis dos discentes e Pessoas com Deficiências ? PCD (visual, física, auditiva, intelectual e do Transtorno do Espectro do Autismo/TEA) e com Transtornos do Neurodesenvolvimento (com diagnóstico). Para tanto, o curso será um espaço de comunicação, reflexão, interação e intervenção, considerando as distintas dimensões da atuação profissional do Agrônomo. Nesse contexto, são indispensáveis conceitos como interdisciplinaridade, trabalhos em grupos, flexibilidade e adoção de metodologias de ensino inovadoras, que visam precisamente a orientar a formação discente para o objetivo do desenvolvimento dessas competências, contemplando na relação dinâmica entre docente, discente e o objeto do conhecimento por meio de momentos de ação-reflexão-ação. Compete ao docente a missão de ser o mediador do conhecimento no processo de ensinar e aprender.

Por isso, as metodologias dialógicas a serem adotadas procurarão orientar os envolvidos no processo educativo à reflexão e à compreensão dos fundamentos e contradições que são inerentes ao campo de atuação profissional, assim como à definição de seus determinantes, buscando concretizar, ao longo do curso, a articulação teoria e prática, o ensino, pesquisa e extensão, o trabalho coletivo e interdisciplinar, de modo que todas as práticas devem

orientar-se para a contextualização dos processos agropecuários, que garanta o contato, o diálogo e adequada intervenção nessas realidades. Fortalecendo as relações entre a teoria e a prática, permitindo o desenvolvimento cognitivo e estimulando a aprendizagem significativa. No que se refere ao planejamento das atividades do trabalho docente, este deverá considerar as seguintes dimensões:

- a) A aproximação à realidade socioeconômica, ao objeto de conhecimento e ao campo de atuação do agrônomo ? nessa dimensão a pesquisa e a extensão se constituirão em instrumento de aproximação e de interação do aluno com os distintos espaços de atuação do futuro profissional.
- b) A articulação entre teoria e prática, entre conteúdos dos núcleos básicos, profissional essencial, profissional específico, estágio supervisionado e núcleo integrador. A transversalidade e interdisciplinaridade serão permanentemente buscadas, com a finalidade de oferecer subsídios para superar os desafios identificados no cotidiano da atuação profissional;
- c) O ensino, a pesquisa e a extensão como estratégias de apreensão e reflexão sobre a realidade observada, com a finalidade de diagnosticar, compreender, interpretar e intervir na realidade estudada.

Considerando a proposta de estrutura curricular para cada período do curso, os procedimentos metodológicos das disciplinas definidas serão desenvolvidos e acompanhados como parâmetro de um processo contínuo de planejamento dos professores que integram a FEA, por meio do Núcleo Docente Estruturante do curso e da Comissão de Avaliação e Planejamento, no sentido de subsidiar, por meio da ação-reflexão-ação, as atividades curriculares a serem desenvolvidas em cada período do curso, de acordo com o Calendário Acadêmico desta Universidade. O curso utilizará das metodologias ativas, com foco na Aprendizagem Baseada em Problemas e na Problemática.

Dessa forma, pretende-se criar a possibilidade de estabelecer e vivenciar processos que oportunizem sustentação e proposição, permitindo-se, ao mesmo tempo, o diálogo com os conhecimentos sistematizados e a troca de experiências entre estudantes, professores e técnicos. O desenho curricular do Curso de Engenharia Agrônoma apresenta um conjunto de disciplinas articuladas, que favorece a formação de uma visão crítica, criativa e interventiva no sentido de transformar e contribuir com o meio social no qual se está inserido. Nesse sentido, o curso de Engenharia Agrônoma adotará os seguintes recursos metodológicos no desenvolvimento do curso:

10.1 Seminários

Os seminários se constituem em recurso metodológico cuja finalidade é promover o desenvolvimento da oralidade, capacidade de síntese e exposição, além de estimular o aluno a organizar, autonomamente, o processo de aprendizagem do conjunto de componentes curriculares desenvolvidos ao longo do curso.

10.2 Debates e Palestras

Serão amplos momentos de discussão previstos no curso, com o objetivo de fomentar o debate sobre as diversas temáticas ligadas à agricultura familiar, a agroindústria e outras temáticas relevantes para o curso, sendo essa mais uma forma a ser utilizada no processo de construção do conhecimento já iniciado nas demais modalidades pedagógicas:

- a) Temáticos ? Ao longo de cada semestre serão selecionados temas pertinentes à problemática da agricultura familiar regional e agroindústria, os quais serão discutidos em formas de debates ou palestras apresentadas por profissionais da área do tema em questão e debatido com o corpo discente;
- b) Interdisciplinares ? Dando sequência à construção da análise holística pretendida no curso, os debates interdisciplinares constituem-se em momentos privilegiados, onde profissionais de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes regiões e/ou instituições discorrerão sobre um mesmo tema, a partir de enfoques diferenciados, possibilitando assim o exercício da interdisciplinaridade.

10.3 Atividades de Campo

As atividades práticas de aula de campo constituem uma estratégia pedagógica para relacionar a teoria com a prática, servindo de apoio ao trabalho docente, e ajudando os discentes a desenvolverem a aprendizagem através da troca de experiências e da cooperação mútua, ao observar, analisar e interagir com os sistemas agropecuários no ambiente real. A atividade de aula de campo é uma ferramenta de ensino que pode proporcionar melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem do discente, possibilitando uma formação mais crítica e consciente dos conteúdos teóricos abordados em sala de aula.

No curso de Engenharia Agrônoma as atividades práticas de aula campo seguem um roteiro compartilhado, por todos os docentes, primeiro o planejamento, execução, compartilhamento das aprendizagens e por último, quando necessário, avaliação. As atividades de aula de campo são indispensáveis para a formação do Engenheiro Agrônomo,

por isso o curso desenvolve atividades como coletas de amostras para processamento laboratoriais, levantamento de dados de campo para execução de projetos, aplicação de questionários, lauda de perícias, trabalho com agricultores para auxiliar em orientações práticas, interação da universidade com os produtores.

Além disso, as atividades práticas de campo permitem que os discentes tenham contato previa da vivência profissional e para os docentes gera a possibilidade de parcerias para desenvolver pesquisa em áreas de produtores, uma vez que o campus não possui campus experimental.

10.4 Visitas Técnicas Monitoradas

Constituir-se-ão em momentos privilegiados de confronto entre teoria e prática a serem realizados através de visitas a lugares onde é possível fazer esse confronto (Instituições Públicas, Privadas, Organizações, entre outros). O aluno, por orientação do docente, terá oportunidade de conhecer com mais profundidade as atividades desenvolvidas nesse local, de maneira a fazer o exercício entre o visto na sala de aula e a realidade. Não se trata de estágio, mas sim alguns momentos em que o estudante vai se deslocar às instituições, organizações, entre outros espaços para fazer levantamentos de dados e observações in loco com a finalidade de maior aproximação com a realidade investigada.

10.5 Atividades de Aulas Práticas

As atividades práticas dos componentes curriculares do curso de Engenharia Agrônômica serão realizadas em diferentes ambientes, oferecendo uma formação completa e diversificada aos discentes. Parte dessas práticas ocorrerá nos laboratórios de ensino da Faculdade de Engenharia Agrônômica. Nesses espaços, os discentes terão acesso a equipamentos e metodologias específicas que aprofundam o conhecimento técnico. Além disso, muitas atividades práticas ocorrerão em áreas experimentais e em propriedades de produtores rurais da região de Altamira, permitindo que os discentes vivenciem a realidade do campo. Essas atividades proporcionam uma experiência enriquecedora, aproximando os discentes das condições e desafios que poderão encontrar em sua atuação profissional. O curso também inclui viagens técnicas para atividades práticas a outras localidades. Nessas ocasiões, eles poderão explorar diferentes cenários agrícolas e novas tecnologias, tendo a oportunidade de conhecer práticas e inovações do setor agrônômico que enriquecerão sua formação.

10.6 Participação em Eventos Científicos e Culturais

Serão contabilizados como atividades curriculares a participação dos alunos em Seminários, Congressos, Simpósios, Encontros, Semanas, Bienais, Feiras, Exposições, Colóquios, Palestras e/ou Cursos de Curta Duração relacionados à área de Ciências Agrárias. Essa participação poderá se dar na forma de: apresentação de trabalhos de pesquisa, ensino ou extensão fruto de sua inserção em projetos; publicações; palestrante, mediador ou como ouvinte mediante apresentação de relatório.

10.7 Participação em Intercâmbios e Projetos de Ensino

Serão consideradas também como atividades curriculares a participação de alunos em projetos, consórcios ou convênios de Intercâmbio (com outras Universidades brasileiras ou estrangeiras) ou de Ensino, com o objetivo de possibilitar trocas de conhecimentos e experiências na área de ciências agrárias ou correlacionadas, além de dar a oportunidade ao aluno de vivenciar outras realidades universitárias e culturais.

10.8 Monitoria

Essa atividade curricular terá como objetivo proporcionar ao aluno o exercício da prática de ensino, uma vez que auxiliará o professor da disciplina no desenvolvimento de suas modalidades pedagógicas.

10.9 Uso de softwares educativos

Serão considerados também como um recurso metodológico o uso de softwares educativos cuja finalidade é contribuir para melhoria e a inovação na prática de ensino e, no processo de ensino-aprendizagem. Os softwares educativos vêm provocando importantes mudanças na forma de ensinar e aprender. São recursos que transformam o potencial cognitivo do ser humano, constituindo um dos principais agentes de transformação da sociedade, possibilitando ao discente estudar a teoria e a prática exercitando o raciocínio em situações contextualizadas. É de grande importância valorizar o uso de novas tecnologias e o acesso aos avanços das novas informações.

10.10 Educação em Direitos Humanos

No viés epistemológico assumido pelo desdobramento curricular do curso, fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos do curso de Engenharia Agrônômica, que tem diferentes espaços de aprendizagem para os discentes, estão incluídos princípios político-filosóficos que abordam a discussão sobre educação em direitos humanos, considerando a equidade étnico-racial, social e cultural, pois o curso pauta-se em um projeto educacional que reconhece, respeita e valoriza as diferenças e leva em consideração as assimetrias tão incidentes nos sujeitos envolvidos no setor agropecuário, seja ele rural, urbano ou periurbano.

Na discussão sobre educação como direito humano há no PPC a preocupação com a diversidade sócio educacional e cultural, pois as famílias de agricultores da região são oriundas de todas as regiões e de vários estados brasileiros. Assim a preocupação da educação formal é de entender tais diversidades sociais como definido na resolução 01 de 17 de junho de 2004.

A Educação com foco nas Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Ressalta-se aqui que tais orientações são observadas ao longo do percurso formativo centralizando o acadêmico na compreensão desses elementos para que quando estiverem inseridos no ambiente formal de trabalho consigam visualizar essas várias nuances sociais.

A inclusão sócio educacional se materializa no presente PPC na proposição de atividades formativas que propiciem aos estudantes "(...) o uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas" (Art. 2 da Resolução 01/2012), seja nas disciplinas de Sociologia Rural, Antropologia Rural, Comunicação e Extensão Rural, Desenvolvimento Rural, Ética Profissional e Legislação Agrária - Ambiental, no Estágio Supervisionado Obrigatório, nas atividades extracurriculares e em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Em consonância com a resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as diretrizes nacionais para os direitos humanos tal temática será inserida no ambiente de formação desde a construção do PPC e posteriormente trabalhada de forma transversal nos núcleos de conhecimentos desenvolvidos ao longo do percurso formativo.

10.11 Acolhimento

A entrada na Universidade, especialmente para os jovens recém-saídos do ensino médio, é marcada por diversos desafios, tanto na esfera acadêmica, quanto no âmbito pessoal. Por isso, esse momento inicial tem um grande significado enquanto processo formativo, visto que pode influenciar diretamente a trajetória pessoal e profissional dos ingressantes ao longo e após o curso.

Por isso, o acolhimento dos ingressantes no curso de Engenharia Agrônômica é parte essencial do processo formativo e compõem o quadro acadêmico-curricular, conforme Resolução nº2 de 24/04/2019.

Nesse sentido, na primeira semana letiva de cada ano, a FEA organiza, com orientação da PROEG e do Campus Universitário de Altamira a "Semana da(o) Caloura(o)", uma programação especial de acolhida com diversas atividades para facilitar a integração dos ingressantes ao ambiente acadêmico. Essas atividades ajudam os alunos a se adaptarem ao novo contexto, compreenderem as expectativas do curso e se sentirem apoiados desde o início.

No decorrer dessa semana os discentes ingressantes têm a oportunidade de conhecer a Universidade e o campus de forma geral e integrada. Dentre as atividades que compõem essa semana inicial destaca-se a "aula magna", uma palestra proferida por um docente do campus abordando uma temática abrangente que suscite debates e possibilite ao ingressante uma visão e uma compreensão acerca dos princípios da UFPA e do curso que escolheu. Os ingressantes da FEA são encorajados a participarem de ações socioambientais, como coleta seletiva solidária, doação de sangue e medula, e visitas orientadas aos diversos espaços do Campus.

Ainda durante essa primeira semana, os discentes ingressantes recebem informações específicas sobre o regulamento de graduação, onde as Divisões de Ensino, Pesquisa e Extensão fornecem orientações claras sobre o regime e instruções normativas da UFPA, destacando-se os direitos e os deveres dos discentes. Também se aborda sobre os diferentes tipos de auxílios ofertados pela UFPA e como os discentes podem acessá-los.

De modo geral, o objetivo do acolhimento da FEA é criar um ambiente receptivo e de apoio, onde os novos discentes do curso de Engenharia Agrônômica se sintam valorizados e integrados à comunidade acadêmica da FEA, facilitando a adaptação ao novo ritmo de estudos e às novas responsabilidades, além de mitigar o impacto das mudanças.

Finalmente, o acolhimento promove a integração social dos ingressantes junto ao campus,

facilitando a formação de vínculos com outros alunos e com os servidores. Tal momento cria um ambiente de aprendizagem colaborativa, onde os alunos se sentem mais confortáveis para compartilhar dúvidas, buscar ajuda e desenvolver um senso de pertencimento ao curso de Engenharia Agrônômica e à UFPA.

10.12 Nivelamento

Nivelamento acadêmico tem como objetivo auxiliar os ingressantes no curso de Engenharia Agrônômica em seu trajeto acadêmico e desempenha um papel crucial na garantia do sucesso acadêmico dos estudantes, especialmente em um curso que exige uma sólida base em disciplinas fundamentais (Matemática, Física, Química e Biologia). Para reduzir as disparidades de conhecimento entre os alunos, provenientes de diferentes contextos educacionais, e assegurar que todos tenham condições de acompanhar o conteúdo do curso desde o início, a FEA planeja oferecer aos ingressantes, antes do início do período letivo, uma semana de nivelamento dos conteúdos das disciplinas que são bases para o curso de Engenharia Agrônômica.

O apoio aos estudantes em relação aos conteúdos nas disciplinas bases, tem como objetivo identificar e suprir possíveis lacunas no conhecimento dos estudantes, proporcionando-lhes ferramentas necessárias para acompanhar o rigor acadêmico do curso. Ao oferecer aulas de reforço, tutorias, e materiais didáticos específicos, este apoio permite que esses alunos enfrentem as possíveis dificuldades, promovendo um ambiente de aprendizagem mais equilibrado e inclusivo. Ao fornecer uma base sólida desde o início, este processo vai contribuir para a continuidade e conclusão do curso de Engenharia Agrônômica.

O campus de Altamira conta também com o Programa de Tutoria discente, que é uma iniciativa da Pró-reitoria de Ensino em parceria com os campi, concebido a partir das necessidades verificadas no acompanhamento e monitoramento da graduação, que busca desenvolver ações de acompanhamento didático-pedagógico, acolhimento e de desenvolvimento educacional relacionados aos conteúdos disciplinares, destinado a estudantes com dificuldades de aprendizagem, com ênfase no coletivo indígena e quilombola. O programa de tutoria discente possui duas linhas de trabalho: a primeira são ações gerais de formação, relacionadas à leitura, matemática e informática, essas ações devem ter um caráter inovador para chamar atenção para a participação dos estudantes, devem ser planejadas de maneira coletiva, inclusive com a participação do público alvo, indígenas e quilombolas. Ações como clube de leituras, cine-debate, workshop, minicursos, oficinas, rodas de conversa e outras atividades sugeridas pelos próprios estudantes tutores.

A outra linha de trabalho busca fazer um levantamento das necessidades de formação e das disciplinas em que os estudantes têm mais dificuldades, paralelo a esse trabalho, também é feito o levantamento dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, quantitativo de estudantes indígenas e quilombolas retidos ou em situação de abandono, se necessário, também será feita a busca ativa em parceria com as subunidades acadêmicas.

São atendidos por este programa estudantes de todos os cursos ofertados no campus Altamira, que procuram o programa de forma espontânea ou por encaminhamento dos docentes e coordenadores/diretores de curso. Destaca-se que a metodologia de trabalho desenvolvida por este programa terá como foco principal o acolhimento, a educação diferenciada, a interculturalidade, interdisciplinaridade e formas inovadoras de ensino aliadas a novas tecnologias e redes sociais, com objetivo de tornar o projeto atrativo para os discentes, visando a partir de uma construção coletiva superar as dificuldades de aprendizagem e a promoção da pluralidade de ideias.

Ressalta-se que o Programa de Tutoria discente além de funcionar com um espaço de acolhimento, também possibilita um nivelamento acadêmico em relação àqueles componentes curriculares que determinados discentes têm mais dificuldades.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular, conforme o Art. 74º do Regulamento do Ensino de Graduação, instituído por meio da Resolução n. 36363, de 18 de fevereiro de 2008, tem como objetivos: I - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho; II - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação; III - desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

O curso de Engenharia Agrônômica ofertará um Estágio Supervisionado Obrigatório como parte do Núcleo Profissional Específico, visando o aprendizado de competências específicas da profissão, permitindo a contextualização curricular por meio de vivências pré-profissionais, subsidiadas pelo arcabouço teórico-prático desenvolvido nos demais núcleos. Em suma, este componente curricular se propõe a preparação para a realidade profissional e desafios e complexidades a ele inerentes.

Propõem-se uma crescente interação entre universidade e o espaço produtivo. A carga horária de Estágio Supervisionado Obrigatório do curso é de 160 horas, conforme o Art.11, §

1º da Resolução n.2 de 24 de abril de 2019, que será ofertado no 10ª semestre do curso e será coordenado e supervisionado por equipe pedagógica, constituída por docentes e técnicos da FEA. O Estágio Supervisionado Obrigatório deverá estar em sintonia com as linhas de pesquisas e extensão e poderá contemplar os seguintes espaços: 1) Dirigido à Agricultura familiar - será realizado em uma propriedade familiar rural de livre escolha do discente e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da FEA; 2) Dirigido a organizações sociais, governamentais e não governamentais, de representação de produtores rurais, tais como: Sindicatos Rurais, Cooperativas, Associações, Federações, Fundações, Institutos, etc - o Estágio Supervisionado Obrigatório será realizado em diferentes estruturas de organização de produtores rurais e de instituições que atuam com projetos de pesquisa e desenvolvimento, e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da FEA. O discente realizará diagnósticos relacionados às formas de organização, de representação e de atuação dos produtores, destacando-se vantagens e desvantagens de participar das organizações. O discente pode ainda participar de ações em projetos de pesquisa e desenvolvimento que estejam em andamento no período do estágio. 3) Dirigido a instituições públicas e privadas de Ensino, Pesquisa e Extensão Rural, bem como em unidades de produção agrícola de pequeno, médio e grande porte: será realizado em uma Instituição ou unidade de produção de livre escolha do discente e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da FEA. Nesse estágio será feita a imersão dos discentes na área de produção vegetal e o mesmo deverá ser tutorado por um profissional a ser designado pela instituição concedente. 4) Dirigido a instituições públicas e privadas de Ensino, Pesquisa e Extensão Rural, bem como em unidades de produção pecuária de pequeno, médio e grande porte: será realizado em uma Instituição ou unidade de produção de livre escolha do discente e que deverá ser credenciada pela Coordenação de Estágios da FEA. Nesse estágio será feita a imersão dos discentes na área de produção animal e o mesmo deverá ser tutorado por um profissional a ser designado pela instituição concedente.

O Estágio Supervisionado Obrigatório será regido por resolução própria. O discente estará apto a realizar o Estágio Supervisionado Obrigatório após a conclusão das disciplinas que integralizam o sétimo (7º) semestre do curso. Os discentes poderão requerer iniciar as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório, a partir do oitavo (8º) período do curso. Conforme a lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, a carga horária semanal máxima do Estágio Supervisionado Obrigatório não poderá ultrapassar os limites de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais. O estagiário será orientado quanto aos objetivos da atividade curricular, procedimentos, roteiro, forma de avaliação e deverá apresentar relatório analítico descritivo da experiência vivenciada. O relatório será apresentado em forma

impressa ao orientador do Estágio e poderá ser socializado à turma de Engenharia Agrônômica da qual o estudante esteja matriculado, com a finalidade de compartilhar experiências, dificuldades e aprendizados. O Estágio Supervisionado Obrigatório compõe o núcleo profissional específico do PPC, no qual o discente deverá, prioritariamente, realizá-lo nas instituições e propriedades de produtores rurais existentes nos municípios de abrangência do Campus Universitário de Altamira.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares (AC), previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, correspondem às atividades acadêmico-científicas de formação complementar, que objetivam oferecer ao educando a oportunidade de contabilizar academicamente atividades que venham contribuir para o seu aprimoramento profissional, compostas por atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, de várias modalidades, sendo reconhecidas, supervisionadas e homologadas pela FEA por meio de resolução própria, conforme recomendação do Conselho Nacional da Educação do Ministério da Educação (Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia, CNE/CES 1362/2001). As AC têm o caráter de enriquecerem o currículo do aluno, ampliar seu conhecimento teórico-prático, fomentar a prática de trabalhos interdisciplinares, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor do aluno. As AC poderão ser efetivadas pela participação do discente nas atividades de extensão, pesquisa, iniciação a docência, monitoria, participação em eventos, publicações, estágios não obrigatórios, minicursos, dentre outros, quais deverão ser cumpridas ao longo do percurso acadêmico do discente. O discente necessita cumprir a carga horária mínima de 50 horas, deverão ser cumpridas ao longo do percurso acadêmico do discente e integralizadas no final do curso.

TRABALHO DE CURSO (TC)

Conforme o Art. 92 do Regulamento de Ensino da Graduação o Trabalho de Curso (TC) é uma atividade curricular obrigatória, componente do Projeto Pedagógico do Curso, com o fim de sistematizar o conhecimento de natureza científica, artística ou tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema. Para a elaboração do TC, o discente será orientado a partir do primeiro período com a disciplina Iniciação a Pesquisa Científica. As atividades

curriculares que precedem o TC como as Atividades Práticas e as Atividades Complementares, possibilitarão o desenvolvimento de habilidades necessárias para a construção e o estabelecimento da ação de pesquisa.

O TC terá carga horária de 30 horas e deverá ser realizado em um dos campos do conhecimento que norteiam a configuração curricular do curso, a partir de proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Os alunos serão incentivados a desenvolver o TC a partir de experiências e resultados de projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados no decorrer do curso. Os princípios orientadores do TC defendidos pelo presente Projeto Pedagógico do Curso são: originalidade, autenticidade, cientificidade, criatividade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A definição do orientador deverá compatibilizar o quanto possível aos eixos temáticos e linhas de pesquisa, segundo a disponibilidade dos orientadores. Os Discentes, em conjunto com seus orientandos, construirão o plano de desenvolvimento da atividade.

O TC será individual e o discente deverá defendê-lo no decorrer do último ano do curso, na semana de defesa de TC, marcada em cada período letivo da Faculdade. Sua defesa será pública e examinada por uma Banca proposta pelo orientador, com os seguintes componentes: Orientador, como Presidente da Banca, mais 02 (dois) avaliadores do quadro de servidores, podendo ser um deles convidado externo, devidamente credenciado junto ao Conselho da Faculdade. A Resolução 01/2011, atualizada pela Resolução nº 03/2021 e a Normativa 01/2011, aprovada pelo Conselho da FEA, dispõe sobre as diversas formas de concepção, desenvolvimento e apresentação do TC, bem como a organização das defesas, o calendário específico, o evento próprio para as apresentações públicas, as formas e os instrumentos de avaliação, respeitando o disposto nos Art. 92 ao Art. 96 do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA.

COMPONENTES CURRICULARES FLEXIBILIZADOS

O curso de Engenharia Agrônômica tem a Flexibilização Curricular no desenho curricular, autorizada pela Resolução CONSEPE/UFPA nº 5.107, de 26 de outubro de 2018, que aprova as diretrizes para Flexibilização Curricular dos cursos de Graduação da UFPA. A flexibilização curricular no curso de Engenharia Agrônômica vai possibilitar ao discente decidir autonomamente sobre parte das atividades de formação a serem cursadas. No curso de Engenharia Agrônômica o discente deverá cursar componentes curriculares flexibilizadas que totalizem 180 horas, não previstas no desenho curricular obrigatório do curso de

Engenharia Agrônômica para complementar sua formação em outras áreas, constituindo assim, um percurso interdisciplinar com carga horária para efeito de integralização e inovação curricular. Ficará a critério do discente a escolha dos componentes curriculares a serem cursados, sem a necessidade de aprovação prévia do Colegiado do curso de Engenharia Agrônômica.

Para orientar e monitorar o cumprimento da carga horária flexibilizada, a FEA adotará uma abordagem proativa, com a elaboração e disponibilização de materiais informativos detalhando os componentes curriculares flexibilizados em cada período letivo. Os discentes serão incentivados para criar um plano de desenvolvimento acadêmico que inclua as disciplinas obrigatórias e as opções flexibilizadas. Realizar verificações regulares para garantir que os discentes estejam cumprindo os requisitos da carga horária flexibilizada. Esta e outras ações contribuíram para uma experiência acadêmica mais personalizada e alinhada com os objetivos individuais dos discentes.

POLÍTICA DE PESQUISA

A política de pesquisa é parte integrante e indispensável no que diz respeito à formação de profissionais de nível superior nas instituições de ensino, sendo com a política de ensino e extensão, pilares que alicerçam e oferecem sustentação à formação, bem como, a produção de novos conhecimentos para os profissionais. A política de pesquisa da FEA se baseia nos pilares da Universidade Federal do Pará para produção e formação de conhecimento, bem como, na necessária inserção de discentes em atividades de pesquisa nos projetos desenvolvidos pelos docentes da Faculdade, sendo esta inserção a partir de bolsa de Iniciação Científica ou mesmo em regime de participação voluntária. Poderão ser envolvidos alunos regularmente matriculados no curso, sendo as atividades desenvolvidas ao longo do período letivo, ou mesmo fora dele dependendo da natureza da atividade de pesquisa em que o aluno esteja envolvido.

Ao longo do período letivo as atividades deverão ser desenvolvidas concomitantemente às demais atividades do semestre, sendo essas atividades de pesquisa contabilizadas na carga horária de Atividades Complementares realizadas pelo discente da seguinte forma: o discente que participar como bolsista de pesquisa com bolsas do programa PIBIC/UFPA, ou como voluntário em projetos de pesquisa dos docentes da FEA ou de outras Faculdades do Campus de Altamira ou de outros Campi poderá computar uma carga horária de pesquisa de 60 horas nas Atividades Complementares referentes à pesquisa.

O Programa de Pesquisa da FEA se responsabilizará em orientar e subsidiar os pesquisadores antes e durante sua atividade de pesquisa, bem como atuar na permanente construção de eixos de referência científica que atendam às necessidades locais. O programa auxiliará na estruturação formal do projeto, no encaminhamento para apreciação do conselho, no agenciamento de bolsistas e colaboradores, no acompanhamento dos relatórios, na solicitação de bolsas de Iniciação Científica e no financiamento junto às instituições de fomento evidenciando os editais de pesquisa disponíveis.

Todos os projetos de pesquisa vinculados a FEA deverão passar pelo conselho da Faculdade para aprovação com parecer de uma comissão da própria Faculdade. Atualmente a FEA dispõem de três linhas de pesquisa e a articula com o ensino e a extensão: Produção Vegetal, Gestão de Recursos Agroflorestais Amazônicos e Agricultura Familiar, além de linhas de pesquisas de áreas específicas de seus docentes e colaboradores.

Os docentes-pesquisadores da FEA estão ligados a diferentes Grupos de Pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes do CNPq. Esses grupos são cadastrados pela própria UFPA ou por outras instituições as quais esses docentes se vinculam a partir das temáticas específicas de suas pesquisas. Abaixo são apresentadas listas com os docentes-pesquisadores da FEA, com as respectivas linhas de pesquisa e grupo de pesquisa que se vinculam atualmente.

Nome do Docente - Linha(s) de Pesquisa

N Nome Linha(s) de Pesquisa

01 Cícero Manoel dos Santos:

- Modelagem Agrometeorológica e recursos naturais;
- Radiação Solar: instrumentação, modelagem e processos de conversão ProBio Amazônia.

02 Djair Alves Moreira:

- Genética e melhoramento vegetal Fitotecnia.

03 Marcos Ribeiro da Silva Vieira:

- Fisiologia e Bioquímica Pós-Colheita de Flores;
- Manejo de flores cultivadas no semi-árido;
- Tecnologia Pós-Colheita de Plantas Hortícolas (frutas, hortaliças e flores);
- Fisiologia, melhoramento e tecnologia das plantas nativas e cultivadas no Semiárido;
- Fisiologia e Bioquímica do Estresse de Plantas.

04 Mayara Neves Santos Guedes:

- Análise, Produção e Tecnologia de Alimentos;

-Tecnologia de sementes Florestais.

05 Maristela Marques da Silva:

-Avaliação do uso de agrotóxicos na Amazônia;

-Agroecossistemas e práticas sustentáveis na Amazônia.

06 Miguel Alves Júnior:

-Virologia Vegetal Molecular;

-Caracterização biológica e molecular de fitopatógenos e microrganismos biocontroladores;

-Diagnose de doenças de plantas no território da Transamazônica e Xingu;

-Indução de resistência sistêmica;

-Fitossanidade: Entomologia e Fitopatologia.

07 Rainério Meireles da Silva:

-Genética e melhoramento de plantas;

-Genética molecular.

08 Ronilson de Souza Santos:

-Ecofisiologia de plantas forrageiras;

-Maquinas Mecanização Agrícola e Agricultura de Precisão.

09 Salim Jacaúna de Souza Júnior:

-Ecofisiologia de plantas forrageiras;

-Ecologia do pastejo.

10 Sandra Andréa Santos da Silva:

-Solos e Nutrição e Plantas;

-Fertilidade do Solo;

-Manejo e Conservação de Solos;

-Sistemas Florestais;

-Produção vegetal.

11 Silvia Cristina Maia Olímpio:

-Organização industrial e desenvolvimento regional;

-Governança de cadeias de suprimentos: competitividade, sustentabilidade e mercados na Amazônia.

12 Simone Maria Costa de Oliveira Moreira:

-Controle microbiano de pragas e doenças.

13 Thiago de Oliveira Carnevali:

-Bioprospecção e produção vegetal de Plantas nativas Sistemas de manejo e produção de plantas medicinais;

-Sistemas de manejo e produção de hortaliças;

-Consórcio de hortaliças e/ou plantas medicinais.

14 Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade:

-Controle e manejo de plantas daninhas;

-Biologia de Plantas Daninhas;

-Manejo de plantas daninhas.

15 Vivian Dielly da Silva Farias:

-Trocas energéticas entre superfície e atmosfera;

-Engenharia Agrícola.

Docente-pesquisador - Grupo de pesquisa (Instituição certificadora ? UFPA)

N Nome Grupo(s) de Pesquisa

01 Cícero Manoel dos Santos:

-ProBio Amazônia.

02 Djair Alves Moreira:

-Não informado.

03 Marcos Ribeiro da Silva Vieira:

-Fitossanidade em cacaueteiro: estudos fisiológicos, moleculares e agrônômicos.

04 Mayara Neves Santos Guedes:

-Recursos Florestais Amazônicos;

-Tecnologia e Processos de Biorrefinaria;

-ProBio Amazônia.

05 Maristela Marques da Silva:

-Agroecologia na Amazônia;

-ECOTOX Xingu.

06 Miguel Alves Júnior:

-Fitossanidade em cacaueteiro: estudos fisiológicos, moleculares e agrônômicos.

07 Rainério Meireles da Silva:

-Não informado.

08 Ronilson de Souza Santos:

-Produção Animal em Pastagens no Tropicó Úmido;

-Engenharia na Agricultura da Amazônia-GPEA Amazônia.

09 Salim Jacaúna de Souza Júnior:

-Produção Animal em Pastagens no Tropicó Úmido;

-Produção Animal; Forragicultura e pastagens.

10 Sandra Andréa Santos da Silva:

-Recursos Florestais Amazônicos;

-Fitossanidade em cacauzeiro: estudos fisiológicos, moleculares e agronômicos.

11 Silvia Cristina Maia Olímpio:

-Não atua em grupo de pesquisa da UFPA.

12 Simone Maria Costa de Oliveira Moreira:

-Fitossanidade em cacauzeiro: estudos fisiológicos, moleculares e agronômicos.

13 Thiago de Oliveira Carnevali:

-ProBio Amazônia.

14 Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade:

-ProBio Amazônia.

15 Vivian Dielly da Silva Farias:

-Fitossanidade em cacauzeiro: estudos fisiológicos, moleculares e agronômicos.

Docente-pesquisador - Grupo de pesquisa (Instituição certificadora ? Externa)

N Nome Grupo(s) de Pesquisa

01 Cícero Manoel dos Santos:

-Agrometeorologia e recursos naturais (UFAL);

-Radiação Solar: instrumentação, modelagem e processos de conversão (UNESP).

02 Djair Alves Moreira:

-Não informado.

03 Marcos Ribeiro da Silva Vieira:

-Produção Agrícola no Semiárido (UFRPE).

04 Mayara Neves Santos Guedes:

-Não atua em grupo de pesquisa fora da UFPA.

05 Maristela Marques da Silva:

-Não atua em grupo de pesquisa fora da UFPA.

06 Miguel Alves Júnior:

-Produção Vegetal; Diagnóstico de Doenças de Plantas na Transamazônica e Virologia Vegetal Molecular.

07 Rainério Meireles da Silva:

-Não informado.

08 Ronilson de Souza Santos:

-Não atua em grupo de pesquisa fora da UFPA.

09 Salim Jacaúna de Souza Júnior:

-Não atua em grupo de pesquisa fora da UFPA.

10 Sandra Andréa Santos da Silva:

-Não atua em grupo de pesquisa fora da UFPA.

11 Silvia Cristina Maia Olímpio:

-Cadeia produtiva, mercado e desenvolvimento sustentável (UFRA);

-Núcleo de Estudos de Práticas de Gestão, Desempenho e Competitividade das Organizações na Amazônia ? NEGOA (UNAMA).

12 Simone Maria Costa de Oliveira Moreira:

-Não atua em grupo de pesquisa fora da UFPA.

13 Thiago de Oliveira Carnevali:

-Grupo de Estudos em Botânica Aplicada (UNIFESSPA).

14 Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade:

-Núcleo de Estudos Científicos em Proteção de Cultivos (UNESP);

-Núcleo de Estudos Científicos em Matologia (UNESP).

15 Vivian Dielly da Silva Farias:

-Interações Solo-Planta-Atmosfera na Amazônia (UFRA).

As atividades de pesquisa na FEA seguirão as normativas presentes da Resolução nº 3.043 - CONSEPE, de 07 de maio de 2003, que revoga a Resolução N.º 2.634/CONSEP, de 16 de junho de 1999, e estabelece normas para a realização da atividade de pesquisa na UFPA e da Resolução Nº. 5.350 - CONSEPE, de 24 de fevereiro de 2021 que altera a Resolução nº. 3.043 - CONSEPE, de 07 de maio de 2003, e estabelece normas para as atividades de pesquisa na Universidade Federal do Pará (UFPA).

POLÍTICA DE EXTENSÃO

Considerada uma das áreas de formação do graduando, a extensão cumpre uma das funções básicas da Universidade, a de difundir a produção de conhecimentos gerada em seu âmbito, pelo caminho mais gratificante para o educador: quando o conhecimento, o saber e o aprendizado intercambiam entre universidade e comunidade. Nessa visão, a extensão é entendida com uma prática que permite a esses setores sociais a complementação, o aprofundamento, a atualização e a difusão de conhecimentos através de interação, troca e

coparticipação.

Do lado da Universidade, a política de extensão permite-lhe cumprir uma de suas funções precípuas: contribuir para o desenvolvimento da sociedade ao mesmo tempo em que, na ação integrada, busca e renova conhecimentos e experiências para subsidiar o aprimoramento do ensino e da pesquisa. Conforme determina a Resolução Nº. 4.399 de 14 de maio de 2013 ? CONSEPE, pelo menos 10% do total das horas de integralização dos cursos de graduação deverão ser destinadas às atividades de extensão. A proposta de Curricularização da Extensão no Curso de Engenharia Agrônômica também visa adequar a Resolução Normativa nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da? outras providências. A resolução Nº. 5.467 ? CONSEPE, de 27 de Janeiro de 2022, que aprova as diretrizes para a estruturação das atividades acadêmicas de Extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), define que as Atividades Acadêmicas de Extensão para fins de creditação curricular, concentradas em Componentes Curriculares de Extensão (modulo ou disciplina), podem ser desenvolvidas metodologicamente por meio dos seguintes formatos: (a) Modalidade de Atividade Extensionista (I ? Programas, II ? Projetos, III ? Cursos; IV ? Eventos e V ? Prestações de Serviços) e (b) Disciplina Curricular, cuja carga horária seja destinada integralmente ou parcialmente à área e ao conteúdo da extensão universitária, conforme resolução vigente.

No curso de Engenharia Agrônômica as atividades de extensão serão desenvolvidas a partir da contextualização de seus programas e projetos com as necessidades locais. As atividades Curriculares de Extensão serão planejadas para proporcionar formação integral do discente enquanto cidadão, possibilitar uma maior interação entre o Curso de Engenharia Agrônômica e a sociedade, permitir uma aproximação entre ensino e pesquisa, e desenvolver ações de natureza governamental e não governamental que atendam as políticas públicas locais, regionais e nacionais.

Desse modo, a FEA disporá para o Curso de Engenharia Agrônômica uma carga horária de 415 horas, que totaliza mais de 10% da carga horária total do curso, sendo operacionalizado por meio da Resolução Normativa nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 e da resolução nº. 5.467 ? CONSEPE, de 27 de Janeiro de 2022. O discente participará das atividades de extensão que serão ofertadas pela FEA. Para o desenvolvimento das atividades de extensão serão criadas estratégias para melhor aproveitamento dessa carga horária. A Extensão é uma via de mão-dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento

acadêmico.

Partindo desses princípios, podemos definir as seguintes diretrizes para o desenvolvimento das estratégias para a Curricularização da Extensão no curso de Engenharia Agrônômica do Campus Universitário de Altamira:

- a) A extensão deve ser concebida não como uma "terceira função" da universidade, mas como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, que encontra soluções para intervenção na realidade concreta;
- b) A extensão integrará objetivos comuns para o desenvolvimento de competências e habilidades para que o futuro egresso possa desempenhar suas funções éticas;
- c) A extensão possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade para a superação das desigualdades sociais existentes;
- d) A extensão é a força propulsora necessária para articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária. Os projetos de extensão, propostos por docentes, técnicos ou por várias subunidades acadêmicas articuladas, podem, ainda, ser formalizados para a obtenção de recursos financeiros e para a admissão de bolsistas por meio dos procedimentos administrativos definidos pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

No curso de Engenharia Agrônômica, com a integração entre docentes, discentes e corpo técnico, as atividades de extensão poderão ser feitas a partir de várias ações, a citar algumas:

- Desenvolver, incentivar e apoiar a execução de projetos de extensão na comunidade;
- Promover seminários, simpósios, feiras, oficinas e palestras sobre temas de interesse local e regional;
- Ofertar cursos de extensão para a sociedade local e regional;
- Prestar consultoria ou assistência técnica para a sociedade local e regional; - Divulgação, através de publicações ou outra forma, de trabalhos de interesse cultural, técnico ou tecnológico;
- Disponibilizar serviços especializados à comunidade através dos laboratórios do curso.

Fica de responsabilidade da direção da FEA, ou de servidores por ela designados, o acompanhamento das Atividades de Extensão do Curso. Os procedimentos para esse acompanhamento serão aprovados pelo Conselho da FEA.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A Universidade Federal do Pará em conformidade com as proposições emanadas pelas Leis

Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino técnico de nível médio e dá outras providências, e Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que altera a Lei Nº. 12.711 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino e ordenamentos normativos próprios (Resolução Nº. 5104 ? CONSEPE, de 26 de outubro de 2018, que estabelece o Sistema de Cotas para preenchimento de vagas nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará) vem consolidando sua política de inclusão social, a exemplo do sistema de cotas, que destina no mínimo 50% das vagas em seus processos seletivos de ingresso para candidatos que tenham cursado o ensino médio, ou seus equivalentes, integralmente em escola pública. Com no mínimo 50% das vagas reservadas candidatos oriundos de escolas publicadas destinadas a candidatos de baixa renda, distribuídas em 10 grupos.

Na mesma direção, a UFPA aderiu ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, estabelece ações que deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção a saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A FEA implementará a política de inclusão social no Curso de Engenharia Agrônômica por meio de: Acessibilidade já existente nas dependências físicas do Curso e do campus; Oferta da disciplina de LIBRAS como optativa; Com a produção e oferta de material pedagógico adequado; Com capacitação de servidores para atender as necessidades dos discentes; entre outras ações que atendam as peculiaridades dos discentes com necessidades específicas.

Com relação a assistência estudantil, as ações do programa estão direcionadas para assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A adoção de políticas e práticas de natureza inclusiva constitui-se em passo inicial para minimizar as lacunas que obstaculizam o acesso de alunos com características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias.

Neste sentido, é importante reconhecer que a educação expressa uma das dimensões de integração social, ao contrário, do propalado discurso, que a incumbe do exclusivo papel de transformação social. Para a efetiva implementação de políticas inclusivas é indispensável

associar as demais dimensões que influenciam e determinam a integração da vida em sociedade: A construção de uma sociedade integradora, por sua vez, somente será possível se a integração se efetivar em todos os âmbitos da vida social. Isto quer dizer que a sociedade será integradora na medida em que a educação, a economia, a cultura, a saúde integrem as classes, camadas e grupos hoje excluídos (ROGALSKI, 2010).

Assim, a redução dos abismos sócio-econômico-culturais é condição *sine qua non* para viabilizar a educação inclusiva, e oferecer aos alunos, com distintas necessidades, a possibilidade da construção de conhecimento inovador, referenciado em práticas e vivências significativas, cuja finalidade é promoção da autonomia e consequente inserção social.

Relacionado à política de atendimento ao aluno com deficiência, o Curso de Engenharia Agrônômica com o auxílio da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA (CoAcess), desenvolverá ações pedagógicas que visam o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades. Para que seja possível, as ações adotadas serão amparadas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências e na Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A CoAcess, amparada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto nº 7.611/2011 e Lei 13.146/2015 desenvolve várias atividades / ações para atendimento ao discente PcD: adaptação de materiais, acessibilidade comunicacional e informacional; orientação pedagógica para a adaptação de materiais e avaliação, atendimento pedagógico individualizado, eventos voltados para área da Educação Especial. Para a comunidade acadêmica PcDs da UFPA, a CoAcess oferece: conversão de texto em Braile, intérpretes de LIBRAS, produção de vídeos em LIBRAS, atendimento pedagógico individualizado entre outros.

Neste sentido, é necessária a adaptação da infraestrutura física do local de funcionamento do curso, que ainda não foram adaptados, cuja finalidade é eliminar as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, favorecendo acesso e circulação do aluno. Além disso, é imprescindível dispor de infraestrutura física, de equipamentos e recursos humanos para atendimento dos alunos com deficiências visuais e auditivas, prevendo a oferta de acervo bibliográfico para leitura em braile e fitas sonoras para uso didático, eliminando as barreiras atitudinais, tecnológicas, nas comunicações e na informação, conforme Art. 3º Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. A Faculdade de Engenharia Agrônômica deverá criar, em parceria com outras Faculdades do Campus de Altamira, estratégias para atender as outras áreas da educação inclusiva. Além

disso, o curso de Engenharia Agrônômica oferta, em seu ingresso anual, vagas específicas para PcD visando a inclusão social. A presença do profissional com proficiência em LIBRAS expressa outra importante estratégia para inclusão dos discentes PcD, conforme Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e conforme o Decreto nº 5.626, de 2005, que dispõem sobre o uso e efetivação da Língua de sinais para pessoas surdas, amigos, familiares e profissionais. O curso de Engenharia Agrônômica oferta como Optativa à disciplina de LIBRAS, obrigatória aos cursos de licenciaturas e optativa aos cursos de bacharelados. Assim, visando uma formação complementar, os discentes do curso de Engenharia Agrônômica podem cursar a disciplina de LIBRAS. No campus de Altamira a Faculdade de Letras oferta com regularidade para a comunidade em geral o Curso Língua Brasileira de Sinais, por meio de um projeto de Extensão.

As ações de atendimento para os discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), serão amparadas pela Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com transtorno do Espectro Autista, Lei Berenice Piana nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Este constitui o grupo com o menor número de ingressantes na UFPA e com auxílio da CoAcess terá atenção especial devido às habilidades diferenciadas na comunicação, interesses, socialização e na diversidade de suas especificidades. Com orientação da CoAcess, o curso de Engenharia Agrônômica contribuirá para a implementação de políticas acessíveis e garantir a eliminação de barreiras (atitudinais, arquitetônicas, de comunicação e informação, de tecnologias assistivas e pedagógicas) vivenciadas por discentes com TEA, afim de garantir a sua participação e permanência em todas as atividades acadêmicas com qualidade. A CoAcess disponibiliza aos discentes com TEA: atendimento psicopedagógico e monitoria, com estratégias para auxiliar ao discente e acompanhar as demandas do desenho curricular do seu curso.

O curso de Engenharia Agrônômica, juntamente com auxílio da CoAcess, assume o compromisso de se adequar as determinações legais quanto à inclusão social de alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica e com características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias, adaptando espaços, equipamentos e qualificando recursos humanos para o pleno atendimento dos alunos com tais especificidades.

POLÍTICA DE EGRESSO

A política de egresso do curso de Engenharia Agrônômica tem como foco garantir que os discentes sejam adequadamente preparados para ingressar no mercado de trabalho com competência e ética, capazes de enfrentar os desafios do setor agropecuário e contribuir para o desenvolvimento sustentável da agricultura. Apoiando os egressos durante a transição do meio acadêmico para o profissional, possibilitando que essa transição ocorra de maneira suave e produtiva. Além disso, buscaremos manter uma comunicação eficaz, coletando dados e informações com a finalidade de identificar os diversos cenários junto ao mercado de trabalho em associação à sua formação profissional e com o mundo acadêmico, incentivando a participação em ações promovidas pela FEA (bancas avaliativas, palestras, seminários, cursos de curta duração, relatos de experiências, etc.), estimulando a continuidade dos estudos e tornando-os uma referência para divulgação e valorização do Curso. Divulgaremos aos egressos as oportunidades de trabalho, colaborando para sua inserção profissional e a manutenção no mundo do trabalho.

Para alcançar os propósitos de acompanhamento dos egressos do Curso de Engenharia Agrônômica serão desenvolvidas ações estratégicas e regulares, conforme: manutenção de cadastros atualizados por meio de aplicação de questionário / formulário eletrônico; criação e manutenção de grupos em aplicativos, plataformas e em redes sociais, estabelecendo canais de comunicação; coleta anual dos dados referentes ao formulário, dando origem ao relatório sobre a situação dos egressos; criação e manutenção de um banco de e-mails; coleta de dados complementares a partir da plataforma Lattes; organização de eventos e / ou reuniões. Respeitando a sua privacidade e seguir as políticas institucionais da UFPA em relação ao contato com os egressos.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O curso de Engenharia Agrônômica da FEA adota o planejamento e a avaliação como procedimentos necessários, indispensáveis e permanentes da organização curricular e do processo ensino-aprendizagem. O planejamento ocorre antes do início de cada atividade curricular sendo no segundo e quarto período letivo. Já a avaliação se dá ao final de cada período letivo.

Para o planejamento, são realizadas reuniões e oficinas, onde se discute todo o percurso do período letivo. Nesta reunião, além dos docentes e técnicos, participam os representantes discentes de cada turma e os representantes do Centro Acadêmico da Engenharia Agrônômica (CEAGRO). Também participam os docentes do Núcleo Docente Estruturante

(NDE). A avaliação se dá ao final do período letivo em uma reunião no ambiente da FEA. Todos os professores são orientados a discutir no primeiro dia de aula sobre o plano de curso que orienta os procedimentos metodológicos que serão ministrados em suas respectivas disciplinas. Esse plano de curso também é entregue aos representantes de turma e na secretaria da Faculdade. Ocorre uma avaliação online de cada disciplina via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFPA, para isso os discentes são orientados a acessarem o sistema e efetuarem a avaliação de cada disciplina cursada naquele período letivo. Além disso, o docente é estimulado a fazer uma avaliação de sua disciplina junto à turma e avaliar a turma no SIGAA. Para que o docente possa consolidar a sua disciplina no SIGAA, é obrigatória a avaliação da turma a qual a disciplina foi ofertada. A política de qualificação do docente da FEA baseia-se na constante busca pelo alto padrão de desempenho, considerando a introdução constante de novas tecnologias e a dinâmica do ensino superior.

Todos os professores são incentivados a apresentar produção acadêmica, técnico-científica na UFPA. Os trabalhos podem ser divulgados nacionalmente ou através de parcerias internacionais. É importante mencionar que os professores são incentivados a participar de eventos por meio de estímulo e incentivo, com ou sem apoio financeiro, à representação institucional em Congressos e Encontros que tratam de assuntos ligados à área de atuação da FEA, conforme mencionados neste documento.

O apoio didático-pedagógico aos docentes para atuação na FEA estende-se também a outros mecanismos que enriquecem o sistema de ensino, como por exemplo, salas equipadas com sistema de recursos multimídia.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Os alunos devem compreender o significado da avaliação e a intencionalidade da sua realização. A priori, a FEA apresentará a concepção de avaliação que orienta o curso, bem como a Política institucional de avaliação adotada pela Universidade Federal do Pará-UFPA. Além disso, os instrumentos que operacionalizam a avaliação do docente e a avaliação do curso. O necessário entendimento da avaliação pelo discente é imprescindível para evitar distorções na concepção e na prática avaliativa.

Dessa forma, se propõe um diagnóstico das fragilidades e limitações do curso, seja nos

aspectos acadêmicos e/ou administrativos, objetivando adotar um conjunto de ações e estratégias que minimizem os efeitos indesejáveis evidenciados. Em conformidade com as orientações da Coordenadoria de Avaliação e Currículo, serão adotados os instrumentos de avaliação propostos pela referida coordenação.

Uma vez implementados, será realizada análise diagnóstica dos resultados da avaliação e retroalimentados aos sujeitos envolvidos, promovendo a constituição de um espaço comum de diálogo, críticas, proposições e ações, cuja finalidade precípua é favorecer o desenvolvimento, a contento, do curso. No que se refere à avaliação do processo educativo, em particular, nos orientaremos nas Formulações de Bloom que classifica as modalidades de avaliação, quanto à função desempenhada, propõe-se:

Avaliação Diagnóstica - Diagnóstico de competências e habilidades já existentes, pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Identifica as prováveis causas de dificuldades de aprendizagem, e ajuda a propor intervenções e ações que contribuam para o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Avaliação Formativa - Evidenciada ao longo do percurso acadêmico, a avaliação formativa possui um peso maior no processo de ensino-aprendizagem, identificando limitações na organização do trabalho pedagógico, possibilitando reformulações durante o processo;

Avaliação Somativa - Avalia os níveis de aproveitamento alcançados pelos alunos no processo de aprendizagem e informa aos sujeitos os resultados da aprendizagem. O rendimento observado deve se balizar por objetivos proposto no planejamento.

Os procedimentos de avaliação das atividades curriculares teóricas e práticas (laboratório e campo) deverão ser pelo menos três ao longo do período letivo e serão propostos pelo docente. Este procedimento deve estar no Plano de Ensino de cada professor responsável pelo magistério das atividades curriculares, de modo a proporcionar que as competências e as habilidades possam ser adquiridas no respectivo período.

O plano de curso apresentado em cada disciplina / docente, em seu primeiro dia de aula, contempla as diferentes formas de avaliação em conformidade com cada conteúdo a ser ofertado. As atividades desenvolvidas que compõem o processo de avaliação disciplinar são constituídas, dentre elas, por: seminários; provas (escrita e oral); lista de exercícios; relatórios; elaboração de projetos; criação de protótipos; execução de atividades práticas; escritas de textos científicos; laudos, perícias e recomendações técnicas. O professor deverá apresentar à sua turma, a cada início de período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem, conforme o plano de ensino, bem como discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento se dê antes da próxima verificação da aprendizagem, e finalmente fazer o registro eletrônico do conceito final, de

acordo com as orientações do órgão central de registro acadêmico.

Os diferentes momentos da avaliação não representam etapas estanques, ao contrário estão inter-relacionadas e subsidiam o trabalho pedagógico na adoção de ações e estratégias para superar as dificuldades observadas. A avaliação do discente se pautará em critérios previamente apresentados pelo docente e discutidos coletivamente com a turma. Os objetivos do trabalho avaliativo não serão meramente classificatórios ou de verificação de resultados, a proposta é que ele seja um instrumento subsidiário da prática educativa, identificando limites e indicando possibilidades.

Assim, a FEA apresenta como propósito pedagógico metodologias que impulsionam a aprendizagem do estudante em processo de construção, que favorecem o desenvolvimento de competências de maneira a dar maior importância ao desenvolvimento de um profissional apto para os fundamentos teórico-práticos, com designação no exercício profissional, desempenhando de forma ética e reflexiva.

A sala de aula não é o único ambiente nos espaços de aprendizagem, é destaque os momentos de contato em diversos espaços, através de palestras, seminários, visitas técnicas e vivências pertinentes a Profissão de um Agrônomo. Dessa maneira, são aplicadas as subseqüentes metodologias: Visitas técnicas, Participação em palestras, aulas dialogadas e expositivas, Apresentação de trabalhos na forma de seminário, estimulando a discussão e reflexão, Participação em eventos e atividades internas e externas ao Campus; Incentivo a participação e envolvimento em projetos de ensino, pesquisa e extensão;

De acordo com o que dispõe o art. 178 do Regimento Geral da UFPA, o registro do desempenho final do discente ocorrerá sob a forma de conceito final, resultante do conjunto de procedimentos previstos para a avaliação. Os procedimentos avaliativos serão registrados, de forma explícita, no Plano de Ensino de cada professor responsável pelas atividades curriculares, aprovados em reunião de planejamento pelo Conselho da FEA, na perspectiva de identificar, por período letivo, até que ponto os alunos alcançaram as competências e as habilidades a serem consolidadas no respectivo período. Para fins de avaliação qualitativa e quantitativa dos conhecimentos serão atribuídos aos alunos da graduação os seguintes conceitos, equivalentes às notas:

E ? Excelente (9,0 - 10,0);

B ? Bom (7,0 - 8,9);

R ? Regular (5,0 - 6,9);

I ? Insuficiente (0 - 4,9).

O discente que, matriculado na disciplina ou atividade correspondente, obtiver o conceito R, B ou E e pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades

programadas será considerado aprovado. O discente que, matriculado na disciplina ou atividade correspondente, obtiver o conceito I, mesmo com pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de frequência nas atividades programadas, será considerado Reprovado. Ao discente que estiver matriculado na disciplina ou atividade correspondente e não cumprir as atividades programadas será atribuído o conceito SA (Sem Avaliação). Quando o discente matriculado na disciplina ou atividade correspondente não obtiver a frequência mínima exigida será registrado SF (Sem Frequência) no histórico escolar. As demais especificações referentes à avaliação da aprendizagem dos educandos do Curso de Engenharia Agrônômica são encontradas no Regimento Geral da UFPA, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de 29/12/2006.

O resultado parcial e/ou final da avaliação será apresentado pelo docente à turma através do feedback, que é uma oportunidade de autoconhecimento e de troca de experiências que possibilita o aprimoramento de competências e habilidades requerida no perfil do egresso do estudante de engenharia agrônômica, e contará com autoavaliação do discente, avaliação do docente pela turma, e avaliação da turma pelo docente.

O processo educativo é construído por diferentes sujeitos, alunos, docentes, técnicos, familiares. Entretanto, o docente, desempenha destacado papel na organização de ambientes de aprendizagem, cuja finalidade é o desenvolvimento de competências e habilidades pelo aluno ao longo do percurso acadêmico. Neste sentido, o docente precisa dispor de sólida e continuada formação para lidar com a complexidade de desafios que envolvem o fazer educativo.

Considerando as múltiplas dimensões que influenciam o processo educacional, dentre as quais: dimensões sociais, psicológicas, biológicas e culturais, são necessárias reconhecer a importância da avaliação do trabalho docente. Esta avaliação não deve ser compreendida como instrumento de fiscalização ou mera verificação no cumprimento dos resultados esperados (carga horária, aprovação de alunos), ela deve se configurar como uma ação subsidiária ao processo educativo, cuja finalidade é identificação de limites e fragilidades, a partir da qual se conjugarão esforços coletivos para enfrentamento e superação das dificuldades.

Assim, é importante a compreensão teórico-conceitual da avaliação, enquanto elemento indissociado da educação e do trabalho docente, momento de refletir sobre o alcance dos objetivos propostos, de revisão dos princípios metodológicos da ambiência de aprendizagem construída nos períodos letivos. Dessa forma, propomos que a avaliação do trabalho docente ocorra nos seguintes momentos: 1) Autoavaliação, 2) Avaliação pelo discente e, 3) Avaliação pela comissão acadêmica da Faculdade. A comunidade acadêmica do curso de

Engenharia Agrônômica, ao término de cada período letivo, é estimulada a preencher o questionário de avaliação do ensino (AVALIA), disponibilizado no SIGAA pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação ? PROEG. O questionário possui informações e instrumentos para avaliar as atividades curriculares, o discente e o desempenho dos docentes que as ministraram, os objetivos, os conteúdos, a carga horária e as condições materiais do trabalho pedagógico.

Os instrumentos e procedimentos dessa avaliação precisam ser coletivamente definidos e particularmente esclarecidos aos sujeitos envolvidos, a fim de evitar distorções e desvios nos propósitos avaliativos. Por isso, os resultados são avaliados em reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Conselho da Faculdade, onde se manifestam a comunidade acadêmica do curso de Engenharia Agrônômica para que possam ser debatidos e avaliados, a fim de que sejam feitos os devidos encaminhamentos para melhoria do curso.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A avaliação deste PPC será uma ação permanente, considerando as metamorfoses próprias do fazer educativo e da complexa rede de interações que influem no processo educacional. Como construção coletiva, a avaliação deve contemplar a participação da comunidade acadêmica envolvida com as atividades do curso de Engenharia Agrônômica. Considerando os marcos regulatórios que tratam da avaliação dos cursos e das IES se pretende a revisão deste projeto a cada ciclo de avaliação do SINAES (03 anos). Entretanto, a delimitação temporal dessa avaliação, não limita a readequação dos elementos que requeiram ação mais imediata.

No âmbito desta Universidade, a avaliação estará em conformidade com as resoluções e regulamentos emanados dos Conselhos Superiores e das orientações da Coordenação de Avaliação e Currículo da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. No âmbito da Faculdade será formada comissão acadêmica integrada por docentes, discentes e técnicos, com a finalidade de encaminhar, a nível propositivo e operativo, as ações que envolvam a avaliação nas distintas modalidades e momentos do curso.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Cicero Manoel dos Santos	Doutor	Doutorado em Agronomia (Irrigação e Drenagem)	Dedicação Exclusiva
Djair Alves Moreira	Doutor	Doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas	Dedicação Exclusiva
Marcos Ribeiro da Silva Vieira	Doutor	Doutorado em Agronomia (Horticultura)	Dedicação Exclusiva
Maristela Marques da Silva	Doutor	Doutorado em Ciências Agrárias	Dedicação Exclusiva
Mayara Neves Santos Guedes	Doutor	Doutorado em Agroquímica	Dedicação Exclusiva
Miguel Alves Junior	Doutor	Doutorado em Agronomia (Fitopatologia)	Dedicação Exclusiva
Rainério Meireles da Silva	Doutor	Doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas	Dedicação Exclusiva
Ronilson de Souza Santos	Doutor	Doutorado em ENERGIA NA AGRICULTURA	Dedicação Exclusiva
Salim Jacaúna de Souza Junior	Doutor	Doutorado em Ciência Animal e Pastagens	Dedicação Exclusiva
Sandra Andréa Santos Silva	Doutor	Doutorado em Ciências Agrárias	Dedicação Exclusiva
Silvia Cristina Maia Olímpio	Doutor	Doutorado em Administração	Dedicação Exclusiva
Simone Maria Costa de Oliveira Moreira	Doutor	Doutorado em Biotecnologia	Dedicação Exclusiva
Thiago Cavalcante Gomes Ribeiro de Andrade	Doutor	Doutorado em Produção Vegetal	Dedicação Exclusiva
Thiago de Oliveira Carnevali	Doutor	Doutorado em Agronomia	Dedicação Exclusiva
Vivian Dielly da Silva Farias	Doutor	Doutorado em Agronomia	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

O corpo de técnicos administrativos do curso de Engenharia Agrônômica da FEA é constituído por servidores devidamente habilitados e compromissados em desenvolver suas funções administrativas de atendimento ao público universitário e em geral com competência, zelo e excelência. O curso de Engenharia Agrônômica conta com três servidores técnicos administrativos, todos graduados e com titulação de mestre. Destacamos que dois servidores iniciaram curso de pós-graduação em nível de doutorado. Cada servidor desempenha função específica designada pela chefia imediata, temos uma servidora lotada na secretaria da Faculdade, sendo responsável pelas atividades administrativas / acadêmicas do curso. Dois servidores desempenham a função de Engenheiro Agrônomo e atividades administrativas, conforme demanda, também são respostáveis por acompanhar / auxiliarem os docentes nas suas atividades de ensino, pesquisas, extensão e em atividades

laboratoriais e de campo. Os demais espaços que o curso de Engenharia Agrônômica utiliza, por exemplo, laboratório de informática e biblioteca, possuem servidores lotados com suas respectivas funções.

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Incubadora de Empreendimentos do Xingu: Área 327,50 m2. Espaço destinado para: i) realização de incubação de empresas residentes (ocupando espaço na UFPA) e não residentes (sendo incubadas fora da UFPA), mediante seleção por meio de edital e disponibilidade de espaços; ii) incubação de empresas e Startups na região do Xingu.	Imóvel	10	Administrativa	1
Duas com 49,80 m2, com capacidade para 35 pessoas em cada, todas as salas estão equipadas com quadro branco, projetor, carteiras e centrais de ar.	Sala	35	Aula	2
uma com 65,70 m2, com capacidade para 45 pessoas, equipada com quadro branco, projetor, carteiras e centrais de ar.	Sala	45	Aula	1
Laboratório de Solos: Área 206,60 m2. Este laboratório possui capacidade para realizar análise química do solo (Teores de P, K, Na, Al, Ca, Ca+Mg, e pH). Soma de Bases (SB), Saturação por Bases (V%), Capacidade de Troca Catiônica (CTC), Saturação por Alumínio (m%), Carbono orgânico (C-org); Nitrogênio orgânico (N-org), Matéria Orgânica (M.O.); análise física do solo (granulometria, densidade do solo, densidade de partículas); análise de tecido vegetal (teores de nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio e magnésio).	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório de Mecanização Agrícola e Agricultura de Precisão: Área 140 m2 dividido em dois espaços. O laboratório executa atividades em três frentes, sendo elas: i) mecanização agrícola: adequação de tratores; regulação de máquinas, avaliação de impacto de máquinas agrícolas nas características físicas do solo; ii) agricultura de precisão: uso de levantamento com veículo aéreo não tripulado-VANT para geração de modelo digital de terreno e superfície- MDT e MDS e regularização fundiária; geração de índices de vegetação, ?mapa? de variabilidade espacial de atributos agrônômicos; e iii) engenharia agrícola: desenvolvimento de projetos e protótipos de máquinas agrícolas e ensaio de máquinas agrícolas.	Laboratório	15	Aula	1
Laboratório de Ecologia e Botânica: Com uma área de 24,70 m2, o laboratório possui uma coleção didática de exsiccatas que auxiliam na identificação de espécies vegetais. Preparação de lâminas anatômicas e secagem de folhas, frutos e sementes.	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório de Fitopatologia: Área de 24,70 m2, tem capacidade para realizar isolamento e cultivo de microrganismos, inoculação, extração de DNA, diagnose de doenças de plantas, testes	Laboratório	10	Aula	1

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
de coloração, quantificação e DNA e proteínas por espectrofotometria.				
Laboratório de Entomologia: Área de 24,70 m2, realiza identificação dos principais grupos de insetos-praga de cultivos agrícolas e parasitoides, manejo de moscas-das-frutas, resgate e manejo de abelhas diagnose de pragas.	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório de Microbiologia: Área de 24,70 m2 tem capacidade para realizar coloração de Gram (bactérias); isolamento, caracterização e cultivo de microrganismos; análise microbiológica de solo, frutas, sementes e alimentos; bioensaios com fungos entomopatogênicos.	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório Multidisciplinar: Área de 65,70 m2, laboratório com finalidade didática, equipado com 18 microscópios óticos e 20 lupas.	Laboratório	20	Aula	1
Laboratório de Tecnologia de Alimentos: 4 9,80 m2, neste laboratório é possível realizar atividades de processamento de produtos agropecuários como desidratação de frutos, ervas aromáticas, defumação de carnes, produção de geleias e doces. Possui capacidade para realizar análises físicas, físico-químicas e químicas de alimentos.	Laboratório	15	Aula	1
Laboratório de Produção Animal: Área de 24,70 m2. Desenvolve atividades relacionadas a Produção Animal.	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório de Fisiologia Pós-Colheita: Área de 24,70 m2. As pesquisas realizadas nesse Laboratório têm como objetivo o estabelecimento e/ou a adequação de tecnologias pós-colheita que proporcionem o prolongamento do período de conservação e a manutenção da qualidade de produtos hortícolas. Atende demandas de projetos desenvolvidos pela UFPA e de projetos desenvolvidos em parceria com pesquisadores de outras Instituições.	Laboratório	10	Aula	1
Laboratório de Recursos Hídricos e Meio Ambiente: Área 15 m2, anéis de amostras indeformadas de solo, 4 tensiômetros, coqueteleira, agitador magnético com peneiras e Provetas.	Laboratório	5	Aula	1
.	Secretaria	3	Administrativa	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Duas com 49,80 m ² , com capacidade para 35 pessoas em cada, todas as salas estão equipadas com quadro branco, projetor, carteiras e centrais de ar.	datashow	Cedido	2	
	mesa	Cedido	2	
Incubadora de Empreendimentos do Xingu: Área 327,50 m ² . Espaço destinado para: i) realização de incubação de empresas residentes (ocupando espaço na UFPA) e não residentes (sendo incubadas fora da UFPA), mediante seleção por meio de edital e disponibilidade de espaços; ii) incubação de empresas e Startups na região do Xingu.	computador	Cedido	2	
	mesa	Cedido	5	
	datashow	Cedido	1	
Laboratório de Ecologia e Botânica: Com uma área de 24,70 m ² , o laboratório possui uma coleção didática de exsicatas que auxiliam na identificação de espécies vegetais. Preparação de lâminas anatômicas e secagem de folhas, frutos e sementes.	computador	Cedido	1	
	Notebook	Cedido	1	
	Impressora	Cedido	1	
Laboratório de Entomologia: Área de 24,70 m ² , realiza identificação dos principais grupos de insetos-praga de cultivos agrícolas e parasitoides, manejo de moscas-das-frutas, resgate e manejo de abelhas diagnose de pragas.	computador	Cedido	1	
Laboratório de Fitopatologia: Área de 24,70 m ² , tem capacidade para realizar isolamento e cultivo de microrganismos, inoculação, extração de DNA, diagnose de doenças de plantas, testes de coloração, quantificação e DNA e proteínas por espectrofotometria.	computador	Cedido	1	
	Impressora	Cedido	1	
Laboratório de Mecanização Agrícola e Agricultura de Precisão:				

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Área 140 m2 dividido em dois espaços. O laboratório executa atividades em três frentes, sendo elas: i) mecanização agrícola: adequação de tratores; regulação de máquinas, avaliação de impacto de máquinas agrícolas nas características físicas do solo; ii) agricultura de precisão: aereo levantamento com veículo aéreo não tripulado-VANT para geração de modelo digital de terreno e superfície- MDT e MDS e regularização fundiária; geração de índices de vegetação, ?mapa? de variabilidade espacial de atributos agronômicos; e iii) engenharia agrícola: desenvolvimento de projetos e protótipos de máquinas agrícolas e ensaio de máquinas agrícolas.	computador	Cedido	1	
	Impressora	Cedido	1	
Laboratório de Microbiologia: Área de 24,70 m2 tem capacidade para realizar coloração de Gram (bactérias); isolamento, caracterização e cultivo de microrganismos; análise microbiológica de solo, frutas, sementes e alimentos; bioensaios com fungos entomopatogênicos.	computador	Cedido	1	
	Impressora	Cedido	1	
Laboratório de Produção Animal: Área de 24,70 m2. Desenvolve atividades relacionadas a Produção Animal.	computador	Cedido	1	
Laboratório de Solos: Área 206,60 m2. Este laboratório possui capacidade para realizar análise química do solo (Teores de P, K, Na, Al, Ca, Ca+Mg, e pH). Soma de Bases (SB), Saturação por Bases (V%), Capacidade de Troca Catiônica (CTC), Saturação por Alumínio (m%), Carbono orgânico (C-org); Nitrogênio	computador	Cedido	2	

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
orgânico (N-org), Matéria Orgânica (M.O.); análise física do solo (granulometria, densidade do solo, densidade de partículas); análise de tecido vegetal (teores de nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio e magnésio).	Impressora	Cedido	1	
Laboratório Multidisciplinar: Área de 65,70 m ² , laboratório com finalidade didática, equipado com 18 microscópios óticos e 20 lupas.	computador	Cedido	1	
uma com 65,70 m ² , com capacidade para 45 pessoas, equipada com quadro branco, projetor, carteiras e centrais de ar.	datashow	Cedido	1	
	mesa	Cedido	1	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FVPP. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da cidadania ? Transamazônica - Estado do Pará. Altamira, PA, 2010, 134 p. GRAZIANO, J. S. JORNAL VALOR ECONÔMICO "Lições de uma década" , 2012.

GUILHOTO, J.J M.; ICHIHARA, J. M.; SILVEIRA, F. G.; et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: Encontro Nacional Dehayami, Anais. São Paulo: ANPEC, 2007.

HAYAMI, RUTTAN, V.W. Agricultural Development: An International. Revised Edition. USA RFF Press, 1985.

HOFFMANN, J. Avaliação: mito e desafio. Porto Alegre, Editora Mediação, ed. 41^a, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos. 2017.

LAMARCHE, H. A agricultura familiar. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

PPC DE AGRONOMIA. Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia. UFPA, Campus Universitário de Altamira, 2015.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial. Revista de Educação do Ideau, v.5, n. 12, 2010, 1 ? 13.

UFPA, PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional): 2016-2025. 172 páginas.

UFPA. Estatuto da Universidade Federal do Pará. CONSEPE, 2007. Belém, Pará.

UFPA. Regulamento do Ensino de Graduação. CONSEPE, 2013, Belém, Pará.

UFPA. Relatório de gestão 2021 ? Belém : UFPA, 2022, 157 p.